

Capítulo 3

Democracia, Povo, legalidade e o triunfo da “via chilena” em 1970

Os anos 60 foram marcados pela “explosão” de uma cultura de massas, permeada pelo crescente acesso a novas tecnologias e pela expansão de sistemas de informação e comunicação que “modernizaram” e “globalizaram” o imaginário da sociedade. Embora presenciassem uma ampliação das relações internacionais e um reordenamento das vinculações entre os países, estes anos foram palco de uma nova polarização ideológica e do acirramento das tensões da Guerra Fria. Este cenário contribuiu para expansão de um “imaginário revolucionário”³⁷² que alimentou os desejos de mudança e de criação de mundo mais justo em milhões de pessoas por todo o planeta.

No Chile, este imaginário repercutiu intensamente em um ambiente político que se reconfigurava com a crescente ampliação da participação popular no processo político decisório e a tentativa de incorporação de seus desejos e demandas em projetos e discursos³⁷³. O conceito de revolução, com suas diversas significações e matizes, foi incorporado ao vocabulário político de forma definitiva, de modo que não era mais possível refletir sobre os desejos do povo chileno e os rumos da democracia do país sem considerá-lo. Mesmo o debate sobre os estatutos legais e o regime institucional enfrentou uma “paradoxal” convivência entre legalidade e revolução. Seguindo a análise do processo de ressignificação das linguagens políticas chilenas, este capítulo tem como foco os debates presentes na imprensa com relação às eleições de 1970 e às discussões em torno da ratificação de Salvador Allende como presidente do Chile, pelo *Congreso Pleno*. Neste pleito, encontraram-se em disputa distintos projetos e variadas interpretações acerca destes temas. A singularidade de um projeto que propunha

³⁷² Devo a expressão ao trabalho de Alfredo Riquelme Segovia. "Política de reformas e imaginación revolucionaria en el Chile constitucional (1933-1973)", In: Marianne González Alemán y Eugenia Palieraki (comps.), *Revoluciones imaginadas. Itinerarios de la idea revolucionaria en América Latina contemporánea*, Universidad Nacional de Tres de Febrero, Université de Cergy-Pontoise, RIL Editores, Santiago de Chile, 2013, pp. 153-184.

³⁷³ Conforme mencionou Isabel Torres no título de um de seus muitos trabalhos sobre o período, este foi o momento em que a utopia se materializou como projeto. Isabel Torres. La década de los sesenta en Chile: La utopia como proyecto. In: *Historia Actual Online*. 2009, n. 19.

uma transição do capitalismo ao socialismo pela via democrática, garantindo o respeito às liberdades individuais e ao Estado de direito, contribuiu ainda mais para a efervescência dos debates.

O capítulo está dividido em três partes. Não é possível pensar o debate do pleito eleitoral de 1970 sem considerar os rumos da política chilena ao longo dos anos 60. Neste sentido, ainda que a análise se concentre mais em uma discussão historiográfica do que propriamente no debate editorial da imprensa, a primeira parte procura mostrar não só a centralidade de um debate que durante o pleito presidencial de 1964 opôs “democracia” e “comunismo”, como também refletir acerca da relação entre o discurso e a prática adotados pelo modelo de “revolução em liberdade” proposto pela Democracia Cristã e por Eduardo Frei. Na segunda parte, para além da tentativa de manutenção da disputa entre “democracia” e “marxismo”, que, por vezes, foi substituída pela oposição entre “mudança” e “reação”, discute-se o embate entre a proposição de distintos modelos “democráticos” para o país e a tentativa de cooptação do apoio popular por meio de uma suposta identificação entre propostas e povo. Já na terceira e última parte, procura-se mostrar como o debate em torno dos rumos da democracia chilena associou-se à noção de legalidade em uma tentativa de impor limites ao projeto revolucionário de Salvador Allende e da Unidade Popular.

3.1 – Entre 1964 e 1970: da oposição “democracia” x “marxismo” aos três modelos “democráticos”

Durante a década de 60 a América Latina ocupou o epicentro das tensões da Guerra Fria. Já em 1959, eclodiu a *Revolução Cubana*, reavivando o embate político-ideológico e a tensão militar entre os blocos capitalista e socialista. Embora o alinhamento dos revolucionários cubanos ao comunismo soviético, ocorrido entre 1960 e 1961, se devesse muito mais a uma atitude hostil dos Estados Unidos a seu projeto de reformas sociais e econômicas do que a uma efetiva vinculação ideológica inicial à URSS³⁷⁴, o sucesso da revolução em Cuba

³⁷⁴ Composto por grupos de orientação política variada, nacionalistas, social-democratas, marxista-leninistas e outros, o governo revolucionário pretendia colocar em prática um modelo de reformas que se adaptasse à realidade latino-americana e as suas particularidades. Conforme ressalta Hector Bruit, “os integrantes do movimento 26 de julho insistiam em afirmar que a revolução cubana era única, americana, nacionalista e anti-imperialista. Camponesa ou proletária, nacionalista ou

levou a diplomacia norte-americana a repensar sua atuação no continente. Evitar uma “segunda revolução cubana” se transformou no objetivo primordial da política hemisférica de Washington. Além de reforçar os laços com os “setores políticos democráticos” dos países do continente, nos inúmeros convênios entre Forças Armadas, difundiu-se a ideia do combate ao “inimigo interno” comunista. Ainda assim, para os articuladores da política externa norte-americana, a simples propaganda anticomunista não mais dava conta da defesa dos valores “democráticos”. As péssimas condições de vida enfrentadas pela maioria da população latino-americana, especialmente nas zonas rurais, propiciavam um solo fértil para expansão comunista dos movimentos de guerrilha. Neste sentido, em encontros internacionais, os EUA começaram a propor aos países do continente a adoção de planos de desenvolvimento social que privilegiassem setores de assistência, habitação e educação, essenciais à “autêntica vida democrática”³⁷⁵. Em 1961, após a chegada do democrata John F. Kennedy ao governo dos Estados Unidos, foi lançada a *Aliança para Progresso*, um programa de cooperação econômica para os países da América Latina. A partir de seus três pilares, desenvolvimento econômico e social, mudanças estruturais e “democratização política”, o projeto se propunha a alterar a realidade de subdesenvolvimento do continente através de uma “revolução pacífica”, “democrática” e solidária³⁷⁶. Esta nova face da Guerra Fria se constituiu em um elemento a mais no cenário político que se desenhou no Chile.

comunista, militarista ou civilista, autoritária ou democrática, cada um desses atributos ou todos eles de uma vez podiam ser dados à Revolução Cubana”. Hector Bruit. *Revoluções na América Latina*. São Paulo: Editora Atual, 1988, p.76. O governo de Fidel Castro ainda tentara negociar acordos com os EUA. Entretanto, o bloqueio comercial e o patrocínio de uma fracassada invasão armada, na Baía dos Porcos, de grupos “contra-revolucionários” cubanos conduziram os revolucionários a uma maior aproximação com a URSS. A tensão provocada pela presença do “inimigo”, às portas do território norte-americano, beirou o confronto aberto quando aeronaves dos EUA detectaram a preparação de campos para a instalação de mísseis nucleares soviéticos na ilha cubana.

³⁷⁵ Alfredo Riquelme. *Rojo Atardecer: El comunismo chileno entre dictadura y democracia*. Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana; Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2009, p. 72. Ainda em setembro de 1960, os países membros da OEA assinaram a Ata de Bogotá como resultado da última das três reuniões do chamado “Comitê dos 21”. Seu texto, elaborado com o apoio e sob a influência dos EUA, propunha novas medidas de cooperação econômica entre os países americanos, através de ações que proporcionassem o desenvolvimento econômico de forma atrelada a questões sociais específicas das diversas conjunturas regionais.

³⁷⁶ Ver, David Horowitz. *A Aliança para o Progresso*. In: Luiz Pereira (org). *Perspectivas do Capitalismo Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

O governo de Jorge Alessandri Rodriguez (1958-1964) enfrentava inúmeros problemas. Com um perfil tecnocrata e crítico à ação dos partidos políticos, Alessandri procurou caminhar no sentido oposto à crescente radicalização política nacional e mundial. Conforme propusera em sua campanha, ainda que contasse com o respaldo de liberais e conservadores no Congresso, realizou um governo apoiado no empresariado, apostando em um projeto modernizante liberal, gerido por técnicos. Seu programa econômico visava aumentar a produtividade da indústria chilena através de uma política de atração de investimentos estrangeiros e estímulo à importação de bens de capital, facilitada pela adoção do câmbio fixo para o dólar. Contudo, a despeito do êxito inicial dos primeiros 18 meses, os resultados não foram os esperados³⁷⁷. O retorno da inflação, a crescente desvalorização da moeda e as fracassadas tentativas de estabilização motivaram inúmeros protestos de trabalhadores e greves³⁷⁸. Frente à queda do apoio popular e a uma crise de desconfiança no empresariado, Alessandri estreitou sua aliança com os partidos Liberal e Conservador e cooptou os radicais para o gabinete ministerial. A presença deste partido no governo se tornara indispensável para que o governo mantivesse certo controle sobre as iniciativas legislativas.

Por outro lado, a entrada dos radicais robusteceu as pressões exercidas pela oposição, Igreja Católica e Estados Unidos em favor da implementação de um projeto de reforma agrária que alterasse o perfil da zona rural chilena³⁷⁹. Após um

³⁷⁷ De acordo com Sofía Correa, a queda nas inversões e a opção de setores empresariais pela atividade especulativa em detrimento da produtiva contribuíram para um déficit fiscal e na balança de pagamentos que forçou o aumento da dívida externa e do custo de vida. A crise financeira era tal que “na metade de seu governo Alessandri não podia aspirar mais do que sobreviver”. *Con las Rindas del Poder: la derecha chilena en el siglo XX*. Santiago: Randon House Mondadori, 2011, p. 268. Para a autora, o fracasso do modelo econômico adotado por Alessandri se deveu a uma combinação de fatores que incluíam a falta de apoio político e a desconfiança de investidores internacionais. Tomás Moulian, por sua vez, ressalta, dentre outros aspectos, que, ao apostar em um tecnicismo abstrato, Alessandri olhou de forma ilusória o jogo político, desconsiderando a realidade efetiva das relações de força existentes e o papel exercido pelos sujeitos sociais, mesmo do próprio empresariado. Tomás Moulian, *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende*. Santiago: LOM ediciones, 2006, p. 189-194.

³⁷⁸ Dentre as inúmeras greves, causou maior impacto uma paralisação nacional de 250 mil trabalhadores organizada pela CUT. Durante a greve, um incidente entre “pobladores” e militares na “población” José Maria Caro deixou um saldo de seis manifestantes mortos, afetando gravemente a imagem do governo. Cristián Gazmuri e Álvaro Góngora. La elección presidencial de 1964. El triunfo de la revolución en libertad. In: Alejandro San Francisco e Angel Soto. *Camino a la Moneda: las elecciones presidenciales en la Historia de Chile (1920 – 2000)*. Santiago: Centro de estudios bicentenario, 2005, p. 307.

³⁷⁹ Este último condicionava a liberação de recursos para o governo chileno à adoção de medidas rumo a uma reforma agrária que deveria “substituir o latifúndio para dar vida a um sistema de

longo período de negociação, a resistência dos proprietários rurais se viu diminuída diante do argumento do “perigo comunista”. No final de 1963, aprovou-se uma reforma constitucional que possibilitava o pagamento das desapropriações, dando início ao processo de reforma agrária³⁸⁰. Contudo, a ação do governo foi muito limitada. Desde o princípio, seus objetivos voltavam-se mais para o aumento da produtividade do que para uma distribuição mais igualitária da terra. A lei restringia as desapropriações a terras não exploradas ou abandonadas, e submetia a decisão final aos Tribunais de Justiça, retardando o processo. Desta forma, o modelo foi considerado insuficiente pelos diversos setores que pleiteavam um conjunto de reformas estruturais mais amplo, entre eles a emergente Democracia Cristã.

Em um cenário que incluía uma nova ampliação da massa eleitoral com o estabelecimento do voto obrigatório em 1962, esse partido se postou como uma alternativa nacional que cooptava apoios de distintos setores da sociedade chilena³⁸¹. Em conformidade com a *Aliança para o Progresso* e com o

propriedade mais equilibrado” Apud. Armando de Ramon. *Historia de Chile: desde la invasión incaica hasta nuestros días (1500-2000)*. Santiago: Catalonia, 2003, p. 160. Além de conviver com a manutenção do latifúndio e com a grave situação social do trabalhador rural que enfrentava péssimas condições de vida e grande submissão aos interesses dos proprietários, o campo chileno enfrentava uma baixa produtividade que, desde meados dos anos 40, não era mais capaz de suprir a crescente demanda interna por gêneros agropecuários.

³⁸⁰ Ao comentar a aprovação do projeto, Luis Hernandez Parker considerou que o simples fato dos agricultores se proporem a discutir a reforma agrária já era uma grande revolução interior. Compreender que o regime da terra caminhava mal e que o tratamento que recebiam os trabalhadores agrícolas no Chile era desumano foi uma revolução de consciências. Entretanto, esta mudança estava em linha de continuação com a revolução que fizera a FRAP nas eleições presidenciais de 1958. Para elucidar sua análise, o jornalista trouxe este interessante depoimento de um agricultor cujo nome não foi revelado. “Lo confieso que empecé a ver claro cuando conocí la votación que Don Salvador Allende sacó en los campos... Nosotros los agricultores estábamos de lo más tranquilos. Creíamos que los campesinos nos pertenecían como las casas, los canales de regadío y los molinos. De súbito supimos que estos hombres, que siempre habían votado por la Derecha, se daban una vuelta completa y votaban por la Izquierda apenas se las daba la posibilidad de sufragar sin control... Al campesino lo creíamos tan adicto, que no era necesario comprarlo. Pero él se sentía controlado, vigilado. Cuando esa vigilancia se diluyó con la cédula única, apoyó a la Izquierda y al comunismo. ¿Por qué? Al contestar esa pregunta comprendimos que habíamos sido los agricultores de Derecha los que habíamos vivido con los ojos vendados”. Luis Hernandez Parker. *La Reforma Agraria en el gobierno de Alessandri*. 17/12/1963. In: *Señores auditores muy buenas tardes*. Santiago: Lom Ediciones, 2010, p. 156-157.

³⁸¹ A substancial ampliação na massa eleitoral chilena ocorrida entre os anos 1957 e 1963, somada ao conjunto de medidas que impediam o controle externo dos sufrágios, certamente tiveram grande relevância para alteração do cenário político-partidário chileno, reduzindo a influência dos partidos tradicionais e abrindo espaço para o crescimento eleitoral das esquerdas. Neste breve espaço de tempo, o número de inscritos aumentou em 100,16% e o de votantes em 135,5%, com o percentual de inscritos entre a população habilitada a votar passando de 40% para 74%. O crescimento eleitoral da democracia cristã no período também foi muito rápido. Dos não mais de 4% do eleitorado atingidos pela Falange Nacional ao longo das décadas de 40 e 50, o PDC saltou para 9,4% nas parlamentares de 1957, 14,6% nas municipais de 1960, 15,9% nas parlamentares de 1961

pensamento então predominante na cúpula hierárquica da Igreja Católica chilena e mesmo mundial, a doutrina social cristã do PDC “conquistou ideologicamente” os católicos e cooptou apoio internacional. Estabelecido como uma liderança de arrasto nacional, Eduardo Frei Montalva lançou-se novamente candidato à presidência da República, tentando apresentar uma imagem progressista, ética e renovadora. Seu programa defendia um modelo de desenvolvimento sustentado pelo Estado e reformas estruturais que equalizassem os desequilíbrios econômicos e sociais da sociedade chilena. Em suas próprias palavras, tratava-se de uma “revolução em liberdade”³⁸².

O cenário internacional também repercutiu intensamente nas correntes de esquerda. Em um primeiro momento, o sucesso dos revolucionários cubanos, ocorrido apenas um ano após o retorno dos comunistas à cena legal chilena, alimentou as esperanças das distintas propostas de transformação revolucionária. Para aqueles que pretendiam a ruptura total com o sistema vigente, o modelo cubano comprovava a possibilidade de se saltar etapas no processo revolucionário, prescindindo-se do apoio “burguês”³⁸³. Já para os que defendiam a revolução por caminhos inerentes ao sistema institucional, como os comunistas e alguns setores socialistas próximos a Salvador Allende, era preciso ressaltar que as teses cubanas se aplicavam ao seu caso específico. Em países como o Chile, em que o desenvolvimento das classes sociais e a solidez das instituições estatais se

e para impressionantes 22,8% nas municipais de 1963, superando o radicalismo para se constituir em principal força política isolada do país. Tudo isto sem contar a massiva votação obtida por Eduardo Frei nas eleições presidenciais de 1958, superando o radical Luis Bossay com 20,7% dos votos. Para os números, ver Tomás Moulian, Op. Cit., p. 201-206.

³⁸² A “Revolución en Libertad” se propunha a trazer para o plano da experiência vivida e da prática política os fundamentos doutrinários do pensamento democrata cristão. No programa, além de se afirmar uma posição oposta ao chamado capitalismo liberal e ao comunismo coletivista, incluíam-se projetos que estariam ligados ao ideal de comunitarismo, ao conceito democrata cristão de pessoa humana e aos seus objetivos de justiça e solidariedade social. Dentre eles se destacavam as propostas de reforma agrária, sindicalização camponesa, um programa de “Promoção Popular” destinado a melhorar a qualidade de vida de setores urbanos e rurais mais despossuídos e o projeto de “chilenização” do Cobre que passava o controle majoritário da atividade mineira ao Estado. Luz María Díaz de Valdés. *La Democracia Cristiana, una opción ideológica y real frente al marxismo en Chile: (1957 – 1964)*. Santiago: Tesis para optar el grado de licenciatura en Historia. PUC-Chile, 2003, p. 194; Gazmuri e Góngora, op. cit., p. 323.

³⁸³ Para amplos setores socialistas, os acontecimentos cubanos reforçavam sua tese de “Frente dos Trabalhadores” rumo à revolução. Entretanto, ainda existia certa polêmica quanto aos meios para se atingi-la que variavam da “via pacífica” a insurgência armada. Marcelo Casals Araya. *El alba de una revolución: la izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “vía chilena al socialismo” (1956-1970)*. Santiago: Lom, 2010, p.68-72

dera em outro nível, a estratégia da “via pacífica” seria a mais adequada.³⁸⁴. Envoltas em uma polêmica relacionada ao caráter e à forma pela qual o processo revolucionário deveria se impor, a polêmica foi particularmente intensa durante o ano de 1962. Entretanto, a proximidade de novas eleições e a renovação das esperanças de uma vitória eleitoral contribuíram para a opção por seguir na luta pela via institucional, com Salvador Allende sendo novamente proclamado candidato da FRAP para as eleições de 1964. Embora se propusesse a realizar uma revolucionária “transição ao socialismo”, o programa de Allende apresentava alguns pontos em comum com o projeto da democracia cristã, tais como educação gratuita para todos, redução da idade eleitoral e possibilidade de sufrágio para os analfabetos. De fato, em um primeiro momento, a diferença se concentraria na maior abrangência do projeto de mudanças estruturais proposto pela FRAP³⁸⁵.

Juntos no governo, liberais, conservadores e radicais também se movimentaram, constituindo a chamada *Frente Democrática*. Com o radical Julio Duran como potencial candidato, o novo conglomerado, pela voz dos números, se apresentou como favorito ao pleito presidencial após as eleições municipais de 1963. Embora a somatória dos votos de radicais, liberais e conservadores revelasse uma tendência de queda, estes partidos mantiveram 47% do eleitorado. Desde sua formação, a *Frente Democrática* abandonara a exaltação de um modelo econômico que enfrentava problemas, em favor de uma estratégia de construção de um cenário de oposição entre democracia e marxismo, reforçando o discurso

³⁸⁴ Salvador Allende entendia que o exemplo cubano não poderia se repetir, pois outorgara ao imperialismo norte-americano a possibilidade de evitar situações semelhantes em sua área de influência. A violência proletária só poderia se justificar como reação aos intentos burgueses de suprimir o movimento social. Marcelo Casals, op. Cit., p. 71. Quanto aos comunistas, a despeito de apoiar permanentemente a revolução cubana, o partido em nenhum momento considerou que sua estratégia poderia se generalizar pelo continente. Nas palavras do secretário geral do partido, Luis Corvalán, “nada sería más erróneo ni anticientífico que trasladar mecánicamente la experiencia cubana al resto de los países latinoamericanos en los cuales la vía más probable sea la violenta y mucho menos donde la más probable sea la pacífica”. Segundo o secretário, no caso chileno, em função da existência da FRAP, de um sistema eleitoral que permitia transformar uma eleição presidencial em uma conjuntura para se constituir um governo popular, da vontade majoritária da nação em prol deste objetivo e das tradições políticas democráticas do país, a adoção de um via pacífica que utilizasse o voto para inserir o movimento popular cada vez mais no interior do Estado, democratizando-lo, seria a opção mais factível. Luis Corvalán Marques. *Las tensiones entre la teoría y la práctica en el Partido Comunista en los años 60 y 70*. In: Manuel Loyola y Jorge Rojas. *Por um rojo amanecer: Hacia una história de los comunistas chilenos*. Santiago: Impresora Valus, 2000, p. 231.

³⁸⁵ O programa de governo frapista incluía uma reforma agrária que efetivamente acabasse com o latifúndio, uma legislação visando ampliar a independência e liberdade dos sindicatos, um novo sistema de impostos destinado a impulsionar a redistribuição da renda e um plano de nacionalização que incorporava a atividade mineira, bancária, securitária e de serviços públicos.

anticomunista³⁸⁶. Seus idealizadores estavam conscientes da fragilidade eleitoral de uma alternativa política de direita e do crescimento das chances de um candidato apoiado pela esquerda. A aliança com o radicalismo e a tentativa de polarização do debate buscavam justamente minimizar esta possibilidade. Contudo, para alguns órgãos de imprensa, como *El Mercurio*, o cenário de divisão do eleitorado “democrático” entre três opções aumentava os riscos de uma vitória de Allende e, portanto, do “marxismo”³⁸⁷. O discurso em prol da união das forças democráticas, já adotado durante o pleito de 1958, foi revestido de tons alarmantes. O “caso cubano” demonstrava que o perigo de destruição do regime constitucional republicano chileno era real. Ainda assim, a *Frente Democrático* se sentia segura da vitória e a Democracia Cristã insistia em sua linha “purista”.

O cenário somente se modificou após a surpreendente vitória do candidato da FRAP em uma eleição extraordinária para deputado pela província de Curicó, ocorrida em março de 1964³⁸⁸. O impacto na *Frente Democrático*, que dera ares plebiscitários a uma pequena eleição, foi demolidor³⁸⁹. Julio Duran desistiu de sua candidatura e a *Frente* se dissolveu³⁹⁰. O mesmo caminho foi seguido por Jorge Prat. Por outro lado, os porta-vozes da democracia cristã reforçaram que seu programa era a “única alternativa real frente ao marxismo” e se mantiveram reticentes a acordos. Para eles, o “Naranjazo” foi o sinal de um processo global

³⁸⁶ Marcelo Casals Araya. *Anticomunismos, Política e ideología en Chile. La larga duración de la “Campaña del Terror” de 1964*. Tesis para optar el grado de Magíster en Historia. PUC-Chile, Instituto de Historia, 2012, p. 293.

³⁸⁷ Além de Julio Duran e Eduardo Frei, ainda havia a potencial candidatura da nacionalista de direita, Jorge Prat, pela *Acción Nacional*. Sua candidatura independente pode ser associada ao descontentamento do grupo nacionalista com as concessões reformistas adotadas pelo governo de Alessandri e os partidos tradicionais.

³⁸⁸ A imprevista eleição ocorreu em função do falecimento do deputado socialista Oscar Naranjo. Para casos como este, a lei eleitoral chilena determinava a realização de uma eleição extraordinária para a substituição de parlamentares.

³⁸⁹ Com a certeza da vitória, a estratégia da *Frente Democrática* de transformar uma eleição de menor expressão em um plebiscito entre a “democracia” e o “comunismo” e em uma prévia do pleito presidencial visava enfraquecer a posição do PDC e forçar uma possível aliança. Mesmo frente os esforços da FRAP de esvaziar este discurso, já que uma eleição em três forças lhe era mais promissora, a democracia cristã incorporou a ideia de plebiscito, pois também pretendia mostrar seu potencial eleitoral. Tomás Moulian, 2006, op. Cit, p. 217. Contudo, o discurso não deixava de ter seus riscos. Ainda antes do pleito, em tom quase “profético”, *El Mercurio*, já comentava. “Si en Curicó, el candidato del Frente Democrático sufre un revés, sería difícil considerar con optimismo el futuro político de esa combinación en el ámbito nacional”. Apud Luz María Valdes, op. Cit., p. 199.

³⁹⁰ Mais tarde, Duran decidiu manter sua candidatura com o apoio exclusivo do radicalismo. Para alguns analistas, esta posição visava impedir que setores mais à esquerda e anticlericais do partido optassem pelo voto em Allende. A estratégia, contudo, não impediu a “migração” de muitos de seus aderentes. Moulian, 2006, op. cit, p. 221; Gazmuri e Góngora, op. cit, p. 319; Casals, 2010, op. cit., p. 115.

sem retorno, no qual a cidadania demonstrava sua determinante vontade de mudanças estruturais³⁹¹. Em uma posição muito enfraquecida, sob o risco de uma possível vitória da FRAP, os partidos Liberal e Conservador se viram forçados a apoiar incondicionalmente o “mal menor” da candidatura de Eduardo Frei. Consciente da falta de alternativa destes partidos, o candidato democrata cristão se recusou a abrir mão de seu programa reformista. Embora respeitasse importantes aspectos doutrinários e ideológicos, esta posição também atendeu a uma articulada estratégia política. Aceitar o apoio da Direita não era de todo impossível, tendo em vista que na campanha de 1958 o próprio Frei, diante do frio cálculo eleitoral, flertou com os liberais. Entretanto, desta vez, a manutenção da independência trazia duas vantagens. Ao mesmo tempo em que não se vinculava às práticas “antipopulares” da Direita, diminuindo assim sua própria base eleitoral, recebia o apoio decisivo de uma grande parcela do eleitorado, que poderia definir a eleição. Neste contexto de afastamento e proximidade, o argumento de defesa da democracia contra o marxismo se encaixou com perfeição. Os partidos tradicionais eram criticados pela democracia cristã mais por serem antirreformistas do que antidemocráticos. Em verdade, as limitações impostas à democracia pelo modelo liberal capitalista defendido por estes partidos seriam minimizadas pelo tácito e incondicional apoio a um modelo de democracia tal como entendido pelo PDC. Ou seja, “integral”, “igualitário” e com “justiça social”.

Segundo os pensadores da democracia cristã, ambos os projetos envolvidos na corrida eleitoral estavam impregnados pelas demandas por mudanças estruturais inerentes ao momento vivido na América Latina. Os programas de Frei e Allende apontavam para uma transformação “revolucionária” da realidade social. Neste sentido, não se tratava de uma disputa entre reforma e reação, mas sim entre uma revolução democrática, livre e respeitosa aos direitos do homem contra uma revolução marxista, totalitária e opressora³⁹².

³⁹¹ O “Naranjazo” também exerceria grande influência sobre a FRAP. A natural euforia com relação ao resultado alimentou ainda mais as esperanças de vitória no pleito presidencial. Para seus líderes, a eleição de Curicó foi o resultado da pujança da combinação esquerdista e um sinal do rechaço popular à “ultrarreação” e ao “anticomunismo zoológico”, deixando patente que o povo queria se dar um governo próprio elegendo Salvador Allende. Apud. Marcelo Casals, 2010, p. 114.

³⁹² Nas palavras do candidato Eduardo Frei “son dos concepciones que en Europa se enfrentaron después de la última guerra y que hoy se presentan en Chile... El Frente de Acción Popular, cualesquiera sean sus tácticas electorales, propone al pueblo el camino del marxismo-leninismo; de la violencia moral y política; de la omnipotencia del Estado en todas las manifestaciones de la vida

Durante os meses finais de campanha, esta polarização alcançou níveis extremos. O anticomunismo, há muito arraigado na política chilena, chegou a seu clímax³⁹³ e o clima da guerra fria se fez sentir com grande intensidade. A afinidade entre o discurso de Eduardo Frei e o programa da *Aliança para o Progresso* e as “sombras de Cuba” fizeram com que o governo dos EUA aportasse milhões de dólares em sua campanha e fornecesse pesado apoio técnico e logístico ao PDC³⁹⁴. Com o apoio destes recursos se impulsionou uma ampla campanha antiesquerdista na imprensa escrita, rádio, televisão. Nomeada por seus detratores como a “campanha do terror”, a estratégia procurava mostrar os devastadores efeitos de uma eventual vitória de Allende. Milhares de cartazes tomaram os muros chilenos com imagens de cubanos e soviéticos agredindo mulheres e crianças e insultando a Igreja. Os “horrores” cometidos na URSS e em Cuba ganharam enorme repercussão na voz de testemunhas e dissidentes³⁹⁵.

nacional; de la colectivización y de la desviación del porvenir de Chile hacia la órbita del mundo comunista... El Movimiento Nacional y Popular que encabezo es una fuerza que se ha venido formando, a través de su eje, la Democracia Cristiana, durante los últimos veinticinco años, nacido de las esperanzas del pueblo y de la generosidad de la juventud, para cambiar las actuales estructuras con la velocidad y la intensidad de una revolución, dentro de la libertad.” Apud. Luz Maria Valdes, op. cit., p. 223.

³⁹³ Augusto Varas. Un desencuentro histórico. In: Augusto Varas, Alfredo Riquelme e Marcelo Casals. El Partido Comunista en Chile: Una Historia Presente. Santiago:Catalonia, 2010, p. 16.

³⁹⁴ Allan Angel. Chile since 1958. In: Leslie Bethell. *The Cambridge History of Latin America: Latin America since 1930 – Spanish South America*. London: Cambridge Press, 1991, V. VIII, p. 329. Embora os porta-vozes da DC neguem este investimento, uma posterior investigação do Comitê de inteligência do Senado Norte-americano (comissão Church), divulgado em 1975, revelou um aporte de capital à campanha de Frei da ordem de 3 milhões de dólares. O montante das cifras investidas nesta eleição é de difícil precisão. Anos mais tarde o depois embaixador dos EUA no Chile, Edward Korry, revelou que os Estados Unidos destinaram todos os recursos disponíveis para eleger Frei com maioria absoluta, fazendo alusão à quantia de 20 milhões de dólares. A este dinheiro ainda se somariam investimentos europeus e de organizações católicas. Gazmuri e Gongora, op. Cit., p. 322, Valdés, op. cit., p. 231.

³⁹⁵ Para se ter uma ideia da força desta estratégia, o perigo comunista foi alvo de matéria de primeira página dos principais jornais chilenos ao longo de toda a campanha. Na semana decisiva, *El Mercurio* com destaque “Moscó reitera que el marxismo es por esencia internacional” (27/08/1964); “El traicionado ex presidente de Cuba, Manuel Urrutia, dirige carta a Don Salvador Allende” (29/08/1964); “Comprometedora proyección del cisma comunista entre partidos dependientes de Moscú o Pekín” (01/08/1964). *El Diario Ilustrado* era ainda mais incisivo. Nesta semana, além de publicar inúmeras manchetes defendendo que o marxismo-leninismo negava a essência histórica do Chile, trouxe uma sequência de grandes charges de primeira página, “retratando” como seria a vida dos chilenos em um possível governo de Allende. As legendas ilustram bem o ambiente de então. “Si eres padre de familia. En el bloque marxista los padres no tienen relación con sus hijos. Si eres escolar. Sobre los programas habituales de estudio tendras: clases de adoctrinamiento, servicios obligatorios, sometimiento al partido” (30/08/1964); “Si eres industrial en el bloque marxista las industrias están intervenidas. Tendrás que producir lo que te ordenen aunque no sea conveniente. Si eres asalariado. Tus derechos sindicales solo valdrán en papel. En Rusia la huelga es un delito. En Cuba el sobretiempo no se paga” (02/09/1964); No dia do pleito, a charge intitulada “En Kuba comunista” trazia um balcão de venda de passagens. Na fila estavam apenas caveiras e em suas malas os dizeres eram “caos”, “fome” e “morte”. A legenda era direta: “¿Y ustedes a donde van, compañeros? A Chile, porque Allende dijo que él a hacer un

Valendo-se desta conjuntura, a democracia cristã valorizou seu ideal democrático de defesa da liberdade e da pessoa humana, relegando outros aspectos doutrinários a um segundo plano. Enquanto seus ataques à doutrina marxista recorriam a exemplos do socialismo real, seu argumento em prol da “democracia”, diferente do que fizeram os partidos tradicionais, mirou as grandes massas populares que constituíam a base eleitoral da esquerda. A democracia verdadeiramente cristã deveria incorporar as mulheres, os camponeses, os “pobladores” e todos aqueles que eram politicamente marginalizados. O plano de “promoção popular” se propunha a incorporar à vida social, política e econômica uma maioria de chilenos afastados pela pobreza, analfabetismo e má saúde. A integração da família e da comunidade ao processo de decisão política se constituiria em uma arma para acabar com a miséria e com o subdesenvolvimento nacional³⁹⁶.

A campanha de Salvador Allende, por sua vez, procurou deslegitimar a oposição construída por seus contendores. O “governo popular” seria revolucionário, nacional e, sobretudo, democrático. No programa da FRAP se afirmava uma democracia plural, verdadeiramente vinculada aos interesses do povo e não do imperialismo e da oligarquia. Ao afirmar este ponto, Allende defendia uma etapa de transição ao socialismo, chegando inclusive a negar seu caráter marxista³⁹⁷. As aproximações com a URSS, Cuba e outros países socialistas foram invalidadas com a defesa de um modelo “chileno” particularmente adaptado às condições históricas e aos valores do país. Quanto às acusações de que a FRAP pretendia impor um governo totalitário, seus porta-vozes reiteravam que sob o “gobierno popular” o povo teria a mais ampla liberdade e que os partidos e pessoas afastados do Poder poderiam exercitar todos

gobierno igual al de Fidel y queremos ir preparándole el camino”. A “campanha do terror” incorporou muitos outros órgãos e meios. Para uma análise minuciosa de suas estratégias e reflexos, ver. Marcelo Casals Araya. *Anticomunismos, Política e ideología en Chile. La larga duración de la “Campaña del Terror” de 1964*. Tesis para optar el grado de Magíster en Historia. PUC-Chile, Instituto de Historia, 2012, em especial os capítulos 6, 7 e 8.

³⁹⁶ Luz Maria Valdés, op. cit., p. 224-225.

³⁹⁷ “Usted me plantea si voy a establecer un régimen marxista similar al de Cuba. Y sé que digo que es honesto, porque no es miedo, porque cree usted dentro de su pensamiento filosófico – que yo respeto – que en Chile vamos a establecer un gobierno marxista. ¡Yo le digo que no! ¿Sobre qué base? ¿Cuándo? Y alo hemos dicho: queremos un gobierno democrático, nacional, popular y revolucionario. Una etapa de transición entre el régimen capitalista, que desde todos los ángulos ha hecho crisis, y el régimen que pueda venir en el futuro y que, para mí señor Cruzat, y lo digo sin que me pregunten, será el socialismo. Pero el socialismo no se impone por decreto. Es un proceso economico en marcha, en desarrollo, no se puede establecer mañana un país socialista por la voluntad de un gobernante. Hay hechos sociales tienen una validez y una vigencia extraordinaria”. *Arauco*, n. 55, 1964. Apud. M. Casals, 2010, op. Cit., p. 117.

os seus direitos políticos desde que respeitassem a legalidade vigente³⁹⁸. Ainda que contasse com recursos muito inferiores, a campanha da FRAP não se limitou a defender-se. Seus partidários acusavam Eduardo Frei de ser a “otra cara de la Derecha, del imperialismo y de la oligarquía”. Sua “revolución en libertad” era uma farsa, pois não atenderia as efetivas demandas da vontade popular. Para reforçar a ideia de que a democracia cristã se vinculava a interesses externos e não chilenos, sobre os inúmeros cartazes de propaganda freísta, os partidários de Allende afixavam pequenos dizeres em que se lia: “gentileza de la Embajada de los Estados Unidos”³⁹⁹. Apurados os votos, Eduardo Frei elegeu-se presidente com maioria absoluta, obtendo 56% dos sufrágios contra 39% dirigidos a Salvador Allende, e apenas 5% destinados a Júlio Duran⁴⁰⁰.

Durante a administração de Eduardo Frei a democracia cristã tentaria colocar em prática seus princípios teóricos e seu modelo de “revolução em liberdade”. Logo em seus primeiros movimentos nota-se que o discurso em defesa da democracia, tão difundido durante a campanha eleitoral, mesmo sem ser abandonado em momento algum, aos poucos cederá mais espaço para a afirmação da transformação revolucionária. Logo em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, realizada em maio de 1965, o presidente afirmou que o modelo de democracia até então praticado, salvo raras exceções, somente representava os grupos dirigentes. A democracia defendida pela DC poderia mudar este cenário porque compreendia o momento revolucionário vivido no continente. A palavra “revolução” deveria ser ressaltada, pois não havia mais tempo para uma “evolução” lenta e gradual⁴⁰¹. Este discurso só se mostraria viável após as eleições parlamentares de março de 1965, em que a democracia cristã saiu de uma posição

³⁹⁸ Marcelo Casals, 2010, op. cit., p. 116.

³⁹⁹ Cristián Gazmuri y Álvaro Góngora, op. cit., p. 322.

⁴⁰⁰ Na análise dos números de Frei merece ressalva a massiva votação feminina e católica, grupos em que a “campanha do terror”, certamente um elemento determinante para a vitória de Frei, se mostrara ainda mais eficiente. A proporção de votos femininos em favor de Frei foi impressionante. Naquela eleição participaram 1.325.944 homens e 1.204.753 mulheres, das quais 744.423, ou seja, 63%, sufragaram o candidato do PDC, enquanto Allende obteve o voto de apenas 36% das chilenas. Por outro lado, é importante ressaltar também que Frei também obteve maioria, mas não absoluta, entre os homens, com 49% dos votos contra 46% de Allende. Sua base eleitoral foi heterogênea, incluindo trabalhadores urbanos, camponeses e a chamada classe média. Ver, Luz María Valdés, op. Cit., 2010, p. 233. Independente disto, a euforia tomou conta dos democratas cristãos, que passaram a profetizar longos anos de governo para seu partido.

⁴⁰¹ “O processo revolucionário não vai começar. Ele já começou”. Alberto Aggio. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: UNESP, 1993, p. 99. Para uma análise mais detalhada do tema, ver: María Portales C., “Los conflictos internos en el Partido Demócrata Cristiano durante la primera etapa del gobierno de Eduardo Frei (1964-1968)”. *Contribuciones FLACSO* N° 51, Santiago de Chile, diciembre de 1987.

minoritária e engessada pela ausência de apoio da Direita, da Esquerda e do Partido Radical, para uma condição de principal força parlamentar, recebendo 46% dos votos e elegendo 82 deputados em um total de 147⁴⁰². Também em função desta casa se renovar apenas pela metade a cada quatro anos, a DC ficou em uma condição minoritária no Senado com apenas 13 senadores. Ainda assim, a nova configuração legislativa permitiu que o governo, pela primeira vez neste período histórico chileno, impulsionasse um projeto sem a necessidade de coalizões.

O resultado do pleito também evidenciou que o sucesso da democracia cristã não tinha suas bases apenas no antimarxismo, mas na amplitude e capacidade de cooptação de sua ideologia e doutrina. De fato, constituiu-se em elemento crucial a adoção de uma linguagem consonante com o momento vivido e com as demandas e entendimentos presentes nos novos setores que se incorporaram ao eleitorado nos anos anteriores. O vertiginoso declínio dos partidos liberal e conservador e o progressivo fracasso radical e sua substituição pela DC como principal força política individual no parlamento também se relaciona ao seu distanciamento desta nova linguagem e à manutenção de um discurso desconectado ao tempo vivido, associado a uma política tradicional e afastada das questões populares⁴⁰³.

O modelo de governo adotado pela democracia cristã tratava-se, em última instância, de um “reformismo de avanzada” coerente e com pretensões globais⁴⁰⁴. Com o apoio de um conjunto de técnicos ligados a uma perspectiva “desenvolvimentista”, o governo se propôs a transformar a realidade vivida através da ação decisiva do Estado, corrigindo os desequilíbrios econômicos e sociais a partir de uma visão global. No plano econômico a estratégia pretendia ampliar o mercado nacional e regional, estimular a industrialização de bens duráveis e a exportação. Entretanto, estas ações somente se efetivariam associadas a reformas estruturais mais profundas⁴⁰⁵. Neste cenário, a reestruturação do campo chileno se mostrou a principal medida do governo Frei. Seu programa

⁴⁰² Cristian Gazmuri. Eduardo Frei: una semblanza biográfica. In: Cristian Gazmuri, Patricia Arancibia y Álvaro Góngora. Eduardo Frei Montalva (1911-1982) Santiago: Fondo de cultura economica, 1996, p. 76-77.

⁴⁰³ Nas eleições de 1965 o Partido Conservador passou de 17 cadeiras na Câmara de Deputados para apenas 3, enquanto os liberais caíram de 18 para 6. Já os radicais caíram de 39 cadeiras para 20. Ver, Luz María Valdés, op. cit., 240.

⁴⁰⁴ Tomás Moulian, 2006, op. Cit., p. 222.

⁴⁰⁵ Alberto Aggio, op. cit., p. 97.

empreendeu um projeto de reforma agrária, legalização dos sindicatos rurais e de organização dos pequenos proprietários que, segundo os teóricos democratas cristãos, se daria de forma “drástica, massiva e rápida”⁴⁰⁶. Além de equiparar os salários mínimos entre trabalhadores rurais e urbanos, o governo levou ao cabo um programa de expropriação de latifúndios e organização de assentamentos que satisfizesse uma grande reivindicação popular e integrou a massa camponesa ao mercado de produtos manufaturados⁴⁰⁷. O projeto de reforma social da democracia cristã também visava à redistribuição da renda e uma maior aproximação das “massas proletárias” urbanas. Ainda que para isto o governo necessitasse colocar em prática reformas bancárias e urbanas, que acabaram ficando apenas no papel, é relevante a implantação de uma política de “promoção popular” que visava impulsionar a organização de setores populares, fomentando a participação da comunidade nas chamadas “organizaciones intermédias”. Ainda que sua atuação se limitasse a esferas locais, a existência destas organizações introduziu elementos de uma democracia participativa, então ausentes da cena política chilena. Neste ambiente, trabalhadores rurais e urbanos passaram a assumir um papel protagonista até então desconhecido. Em última instância, “a política de promoção popular, orientada para transformar **massa marginal** em **povo organizado**, teve como resultado a criação de organizações locais de que chegariam a participar mais de 1 (um) milhão de pessoas”⁴⁰⁸.

Com este conjunto de medidas o governo de Eduardo Frei conseguiu um significativo aumento na produção industrial e uma crescente democratização política e social. Entretanto, a situação começaria a mudar partir de meados de 1967. O impulso redistributivo dos primeiros anos de governo produziu uma alta inflacionária que levou a questionamentos sobre os rumos da política econômica. A alta no custo de vida freava o crescimento econômico e gerava embates com sindicatos próximos a uma esquerda pouco afeita ao diálogo com a democracia cristã. Ainda assim, o principal problema a ser enfrentado estava no campo político, com o partido em uma posição cada vez mais isolada e diante de graves conflitos internos⁴⁰⁹.

⁴⁰⁶ Allan Angel, op. cit., p. 334.

⁴⁰⁷ Tomás Moulian, 2006, op. Cit., p. 223.

⁴⁰⁸ Alfredo Riquelme, op. cit., 77, grifo meu.

⁴⁰⁹ O avanço na industrialização não se traduziu em amplo apoio político do empresariado, que temia a “profundização” do programa de reformas da DC. Já os grandes proprietários rurais, ainda

Unificados desde 1966 sob a nova legenda do Partido Nacional, antigos liberais e conservadores partiam definitivamente para aberta oposição à democracia cristã. As acusações centravam-se no suposto caráter político das expropriações e no controle burocrático de um “partido único” da vida social chilena⁴¹⁰. Cada vez mais afastados do processo político decisório, ameaçados pela expansão da reforma agrária e vivenciando o persistente crescimento das opções “esquerdistas”, estes grupos adotaram uma nova estratégia de ação. Compreendendo que não mais poderiam se organizar em um partido de caráter elitista, antigos liberais e conservadores assumiram definitivamente um perfil partidário de “massas”, incorporando, para além da noção de partido, a ideia de movimento⁴¹¹. Na formação do partido também tiveram relevante atuação as chamadas correntes nacionalistas, antes organizados em torno do grupo *Estanquero*⁴¹². Ao se abrir a novos grupos sociais, o partido assumiu um perfil ideológico que “misturava” liberalismo antimarxismo, autoritarismo e corporativismo⁴¹³. Esta renovação no ideário pretendia transformar o partido em uma alternativa política viável, propondo-se efetivamente a competir pelo poder⁴¹⁴. Neste sentido, se fazia necessária a adoção de uma nova linguagem que fosse ao encontro de entendimentos e demandas ligadas a uma realidade política permeada pela efetiva presença popular. Contudo, a despeito de seu rápido crescimento eleitoral, isto não parece se evidenciar com clareza no conjunto de seus partidários e aderentes.

com forte presença na estrutura partidária da “direita”, especialmente entre os conservadores, estavam completamente afastados do governo. A despeito de sua significativa legitimidade social, a reforma agrária afetara diretamente os interesses deste setor, gerando diferenças irreconciliáveis entre a democracia cristã e a direita. A reforma do artigo 10 da Constituição Nacional, relativo ao direito de propriedade, promulgada em janeiro de 1967, e o consequente início das expropriações de terra como primeiro passo para a reforma agrária esteve no centro deste enfrentamento, unindo setores rurais e industriais contra o governo.

⁴¹⁰ Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 232.

⁴¹¹ Verónica Valdivia. “Crónica de una muerte anunciada”: La disolución del Partido Nacional, 1973-1980. In: Verónica Valdivia, Rolando Álvarez e Julio Pinto. *Su revolución contra nuestra revolución: Izquierdas e Derecha en el Chile de Pinochet*. Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 20.

⁴¹² Esta presença abria espaço para ideias que questionavam o sistema representativo e a mobilização popular promovida pela DC. Entre alguns porta-vozes do partido se percebia a defesa do princípio de autoridade e mesmo de um governo forte capaz de realizar as tarefas de interesse nacional sem se submeter à pressão das massas. Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 233.

⁴¹³ Este último aspecto ganhou particular relevância a partir das contribuições do chamado gremialismo católico, sobre o qual se discorrerá com mais cuidado no capítulo seguinte.

⁴¹⁴ Verónica Valdivia. *Nacionales y gremialistas: El “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1971*. Santiago: LOM Ediciones, 2008, p. 31.

Os problemas do governo não se resumiam à oposição dos setores de direita, pois os partidos socialista e comunista mantiveram uma franca oposição à democracia cristã⁴¹⁵. O ressentimento produzido pela campanha de 1964 e a insistência na tese de defesa de um “governo próprio” inviabilizou qualquer possibilidade de negociação com um governo tido como reformista, vacilante e que, ao fim e ao cabo, atuava como uma barreira de contenção às reais transformações exigidas pela vontade popular. Embora tivesse dado ênfase a alguns aspectos sociais e econômicos relevantes, para a esquerda, o governo mostrara timidez na adoção de novas formas de gestão e de propriedade. Neste sentido, os partidos de esquerda procuraram ampliar sua penetração junto às camadas populares, insistindo na necessidade de implantação do socialismo como único modelo capaz de alterar completamente a face social do Chile.

O tema da profundidade da reformas também esteve no centro das disputas internas no PDC. A partir de 1967, se intensificaram as críticas de setores que entendiam que o partido não poderia se limitar a “humanizar” um capitalismo atrasado através da adoção de um modelo reformista e desenvolvimentista, mas sim efetivamente colocar em prática um projeto revolucionário alternativo que abrisse caminho para uma nova sociedade “comunitária”, tal como definiam seus pressupostos doutrinários⁴¹⁶. Em 1969, a tensão entre estas duas correntes levaria os grupos defensores de uma “via não capitalista de desenvolvimento” a se aproximar da esquerda e romper com o partido para formar o *Movimiento de Acción Popular* (MAPU)⁴¹⁷. Apesar de sua pouca relevância numérica, a ruptura não só afastou dirigentes camponeses e estudantes do PDC, como favoreceu a ida de setores católicos para o socialismo, rompendo com um distanciamento, antes irreconciliável.

⁴¹⁵ Cabe ressaltar, contudo, que esta oposição foi muito mais cerrada entre os socialistas, que, por vezes, pareciam acreditar que a luta política principal era entre a esquerda e a DC. Os comunistas, por sua vez, se mostraram mais flexíveis, sem perder de vista que seu principal adversário era a direita.

⁴¹⁶ Para Tomás Moulian, esta disputa entre reformismo e alternativismo evidenciava as duas “almas” da democracia cristã, que conviviam com certa tranquilidade até o partido se constituir em governo. A partir de então, diante da possibilidade de implantação destes projetos, estas duas tendências entraram em disputa. Op. Cit., 2006, p. 229.

⁴¹⁷ Para além das nítidas divergências político-ideológicas, teve influência na excisão definitiva a violenta desocupação de uma invasão de terrenos na região de Puerto Montt em março de 1969. Sob as ordens do Ministério do Interior, a ação dos policiais resultou na morte de dez “pobladores” e mais de 50 feridos, gerando indignação nas correntes esquerdistas do partido. Marcelo Casals, 2010, Op. Cit., p. 236.

Este cenário de divisão política se materializou nas eleições parlamentares de 1969. Dividida e com sua “revolução em liberdade” questionada por todos os lados, a democracia cristã sofreu uma queda em sua votação. Embora tivesse se mantido como principal força eleitoral, o partido viu o seu número de deputados baixar de 82 para 57, acabando assim com a possibilidade de legislar sozinho. Por outro lado, a FRAP aumentou sua votação em 8 pontos percentuais, conquistando mais uma cadeira no parlamento, com o Partido Comunista constituindo-se na terceira força eleitoral do país. Entretanto, o maior vencedor do pleito foi o Partido Nacional, obtendo 20% do eleitorado e conquistando 33 cadeiras no parlamento. O aumento significativo da direita, que em 1965 elegera apenas 09 deputados, recolocava no cenário político-eleitoral uma força que se supunha ultrapassada. Desta forma, começava a se desenhar para o pleito presidencial, a se realizar no ano seguinte, uma possível disputa entre três forças de difícil aproximação.

3.2 – As eleições de 1970: as “democracias” em busca do “povo”

A despeito das tentativas de reconfiguração da disputa entre “democracia” e “marxismo”, presente em 1964, e das dificuldades enfrentadas para a manutenção de uma candidatura de esquerda, o cenário de três forças se efetivou nas eleições presidenciais de 1970. Entre os membros do Partido Nacional e as forças que lhe davam suporte prevaleceu a ideia de apoiar o ex-presidente Jorge Alessandri Rodriguez em mais uma empreitada “independente” rumo ao *Palácio La Moneda*. Ao longo do governo Frei, a ampliação da separação entre estes setores e a democracia cristã os levou a preferir o risco de uma eleição em três forças do que novamente apostar em um apoio incondicional, baseado apenas em um questionado perfil democrático do partido de governo⁴¹⁸. Para muitos, a democracia cristã não só deixara de ser uma barreira ao marxismo, como se constituía em uma alternativa com este perfil, destinada a instalar uma ditadura “coletivista” no país⁴¹⁹. Isto sem contar o temor de uma “nova traição”, entranhado entre os proprietários agrícolas e latifundiários.

⁴¹⁸ Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 233.

⁴¹⁹ Verónica Valdívia, 2008, p. 213.

O PDC, por sua vez, tampouco pretendia se converter em um “instrumento” da direita. Entre seus membros prevaleceu a ideia de que isto lhes traria mais danos políticos do que um eventual fracasso de uma candidatura própria. O partido não abriu mão de lançar sua candidatura e nem aceitou trocar seu candidato por outro mais “palatável” ao Partido Nacional. O ex-senador e embaixador do Chile nos EUA, Radomiro Tomic, que desde 1964 despontara como potencial candidato ao pleito de 1970, não pertencia aos setores moderados do partido e era visto por alguns como “socialista”. Para aceitar sua nomeação, Tomic exigira a elaboração de um programa anticapitalista que incorporava a nacionalização de setores mineiros sob o controle de empresas estrangeiras, além da busca de uma aliança com a esquerda, que foi rechaçada pela direção do partido.

Entre as forças de esquerda, os impactos do pleito de 1964 e a extensão das reformas implantadas por Eduardo Frei geraram intensas polêmicas com o fortalecimento de propostas revolucionárias “rupturistas” em detrimento do caminho pela via institucional. Contudo, estas tendências não impediram a difícil negociação que ampliou a base social do conglomerado de esquerda proposta por comunistas e “allendistas”. Para incorporar a participação do recém-criado MAPU, do Partido Radical “esquerdizado” e de duas pequenas agremiações políticas, a *Acción Popular Independiente* (API) e do *Partido Social Demócrata* (PSD), flexibilizou-se o veto socialista aos partidos não proletários e a FRAP se dissolveu para a criação da Unidade Popular⁴²⁰. Neste contexto, Salvador Allende

⁴²⁰ A “virada à esquerda” radical, que ganhara impulso ao longo do governo Frei, se evidenciou em definitivo em sua XXIV Convenção Nacional, realizada em 1969. Nela se afirmaram as teses defendidas por Alberto Baltra, que entendia que a composição social do partido o colocava contra os interesses do grande capital, da grande empresa e do imperialismo. Segundo o senador radical, a construção de um sistema democrático inclusivo e equitativo só poderia acontecer sob bases socialistas. Desta forma, passou a pregar um reformismo de esquerda que se diferenciava do projeto democrata cristão ao se propor a privar as classes dominantes de seus fatores de poder. O Partido Socialista ofereceu grande resistência à entrada Radical na nova frente de esquerda, proveniente fundamentalmente de suas filias “rupturistas” e defensoras da “frente de trabalhadores”. Após aceitar a presença radical, se insistiu que sua adesão ao movimento popular deveria se provar com atos e não apenas no campo retórico. Ver Marcelo Casals, 2010, op. cit., 225-238. Para se ter uma noção da intensidade desta resistência, é importante lembrar que durante o Congresso Geral Socialista ocorrido ainda em 1967 o partido concluiu que os “intentos de incorporar al radicalismo al seno de la izquierda, significan asegurar, artificialmente, la supervivencia de un partido caduco, que no expresa social ni ideológicamente a ninguna fuerza progresista”. Cabe ressaltar ainda que, neste mesmo Congresso, os socialistas reforçaram a necessidade de tomar o poder através do rompimento com o sistema institucional, tal como “propunham as teses marxistas-leninistas”, chegando a classificar a violência revolucionária como “inevitable y legítima”. Resolución de la sesión plenaria del Congreso General del Partido

e seu projeto de transição ao socialismo não ortodoxo e totalmente singular novamente conseguiu se afirmar como candidato. Em torno deste projeto se articulou toda uma rede de atores – lideranças, intelectuais, organizações e movimentos – com um imaginário compartilhado identificado com o “popular” e com as demandas do povo⁴²¹. Principal articulador do novo conglomerado político, o Partido Comunista apresentara a candidatura do poeta Pablo Neruda. Entretanto, recuou de sua posição para ratificar o nome de Allende.

A divisão do cenário político também se viu materializada na imprensa com os distintos órgãos assumindo declarada parcialidade. Em meio às intensas polêmicas editoriais e a defesa intransigente de seus respectivos candidatos e programas é possível notar uma permanente disputa em torno do conceito de democracia, sua associação com a ideia de legalidade e mesmo distintas apropriações da noção de povo. Em uma eleição que se mostrava muito dividida e com três projetos bastante distintos, a definição de possíveis aproximações e distanciamentos entre os programas e discursos dos candidatos foi uma estratégia para orientar a escolha do eleitorado, para a construção de alianças para uma possível eleição no Congresso Pleno, ou até mesmo para uma futura garantia de governabilidade.

Repetindo a estratégia adotada em 1958 e em 1964, *El Mercurio* se concentrava na construção de um cenário de oposição entre democracia e marxismo, afirmando sua missão essencial em “defesa da democracia”. Esta defesa se centraria na manutenção das “liberdades”, incluídas aí a liberdade de opinião, imprensa e associação, além das garantias à livre empresa e a propriedade privada dos meios de produção. A isto se somaria o respeito às normas legais e ao funcionamento “normal” das instituições chilenas. Abandonando sua propalada imparcialidade, *El Mercurio* adotou uma posição favorável à candidatura “independente” de Jorge Alessandri. De acordo com seus editoriais, a vitória do ex-presidente significava a garantia dos direitos fundamentais em que se baseava a vida republicana, algo que não parecia evidente nos programas dos outros candidatos. Para o jornal, a candidatura de Radomiro Tomic se distanciava do projeto defendido pelo presidente Eduardo Frei em questões fundamentais,

Socialista, Noviembre 1967 Apud. Sofía Correa et alli. *Documentos del Siglo XX Chileno*. Santiago: editorial sudamericano, 2001, p. 311-312.

⁴²¹ Alfredo Riquelme Segovia. 2013, op. cit.

apresentando inúmeros pontos de coincidência com o “marxismo”. O programa democrata cristão previa a criação de uma área de “propriedade social”, composta por empresas estatais e nacionalizadas, que se constituiria no setor dominante da economia chilena. A delimitação desta “área”, também presente no programa da Unidade Popular, “parece ser el pilar básico de la instauración del socialismo en Chile” (EM, 02/09/1970, p.3)⁴²². No caso da Unidade Popular, embora seu candidato insistisse que seu governo se constituiria em um transito gradual ao socialismo, o programa “marxista” representava um perigo ainda maior, pois sinalizava para uma ampla expropriação de empresas privadas com a transferência dos meios de produção para o Estado de forma tão acelerada que superava inclusive o que ocorrera em Cuba. O “estilo tranquilizador” de Allende teria fins eleitorais, uma vez que era evidente o “temor en muchos obreros y empleados particulares” frente à possibilidade de se tornarem funcionários públicos⁴²³. Mesmo a adoção de um suposto modelo de “autogestão”, como defendia a candidatura de Tomic, não melhoraria a condição dos trabalhadores, pois a organização ao estilo iugoslavo de certas indústrias “no deja de ser un tipo de propiedad socialista”. Para complementar, em uma associação que aproximava democracia e garantia dos direitos de propriedade, *El Mercurio* afirmava que os discursos de substituição do capitalismo formulados em linguagens distintas, por Allende e Tomic, não davam conta de como se daria “la indemnización que por la equidad y por la Constitución” (EM, 03/09/1970, p. 3) corresponderia às empresas nacionalizadas, o que colocava em risco a manutenção dos estatutos legais do regime democrático chileno.

A inserção do debate político chileno em um contexto de disputa mundial entre democracia e marxismo também foi central dos editoriais de *El Diario*

⁴²² Em verdade, a ideia de “propriedade social” defendida pelo programa de Tomic tem seu fundamento em um pressuposto ideológico da democracia cristã. Em tese, a partir da noção de “comunitarismo”, o partido pretendia construir uma comunidade nacional de homens livres em que se abria mão do interesse pessoal em prol do coletivo. Um pressuposto cristão, mas de complicada aplicabilidade, que na prática resultaria em organizações e conselhos comunais. Neste contexto, o conceito de propriedade é entendido sob a ótica do pensamento social cristão de origem tomista. Ou seja, o direito à propriedade incorpora a noção de justiça social, sendo orientado ao bem comum e ao benefício de todos. Ao se interpretar a propriedade por sua função social, abre-se espaço para sua reforma. Luz Maria Díaz de Valdés, op. cit., 213-220.

⁴²³ Ao comentar o discurso final de campanha de Allende, *El Mercurio* publicou que “quien escuchaba las palabras del senador Allende podía pensar que oía a un socialista moderado o socialdemocrata, pero no a un revolucionario marxista-leninista, que se ha convertido en Chile en el apóstol de la revolución cubana y en el tenaz aspirante a convertir a este país en una segunda cuba” (05/09/1970, p.3).

Ilustrado. Defensor declarado da candidatura Alessandri, o jornal afirmava que a mera possibilidade de eleição de um candidato dirigido pelos partidos marxistas representava um grave perigo “no solamente para Chile, sino que para toda América y para la naciones del mundo en que impera él régimen Democrático Representativo de Gobierno”. A situação não permitia tergiversações. Salvador Allende era marxista-leninista e o triunfo eleitoral da Unidade Popular representava a aplicação, no Chile, do modelo político, econômico e social do marxismo-leninismo. Diante do “claro” perfil democrático da “opinião pública chilena”, o Partido Comunista, não por acaso tido como principal articulador da campanha da Unidade Popular, se empenhava em utilizar sua “larga experiência” com a falsa propaganda política para “asegurar que el régimen que tratará de implantar el señor Allende, será de respeto a las normas de la democracia, lo que constituye un engaño inaceptable” (DI, 31/09/1970, p.3)⁴²⁴. Em última instância, sua vitória significava a substituição da democracia representativa chilena por uma ditadura comunista que suprimiria as liberdades e submeteria a nação chilena aos seus rigores.

Frente a esta inequívoca situação, caberia à “imensa maioria democrática” chilena, partidária das liberdades individuais, sufragar o nome de Jorge Alessandri. Para o jornal, a candidatura do senador Allende, inspirada no estilo de Fidel Castro em Cuba, assim como o modelo “comunitarista” proposto por Tomic, significavam a substituição do regime democrático por um modelo ditatorial. O projeto de Tomic, pautado em fórmulas demagógicas de origem marxista, embora não tivesse se estabelecido em nenhum país do mundo, inspirava-se no “régimen político del Mariscal Tito en Yugoslavia que, como se sabe, constituye una rígida dictadura policíaca comunista, independiente de la tutela de la U.R.S.S” (DI, 01/09/1970, p.3). Sua intenção final era a manutenção de um governo de interesse partidário, baseado no favoritismo, na corrupção burocrática e nas regalias aos “asseclas” do governo (DI, 04/09/1970, p. 3).

⁴²⁴ Ao destacar a ação do partido comunista, o jornal naturalmente procurava explorar o anticomunismo presente em diversos setores da sociedade chilena e lançá-lo contra Allende. Contudo, a despeito de ter um papel proeminente na candidatura de Allende, tendo sido fundamental na articulação da UP, o partido comunista não controlava suas ações. O programa de governo elaborado por este conglomerado não seguia diretamente suas orientações, mas sintetizava as contradições e discrepâncias estratégicas presentes nas distintas forças de esquerda que a compunham. Marcelo Casals, 2010, op. cit., 243.

Os “entendimentos cordiais” entre a Democracia Cristã e a Unidade Popular, somados aos massivos ataques pessoais a Alessandri, indicavam que sua figura representava a única resistência efetiva frente ao marxismo internacional. É interessante notar que *El Diario Ilustrado*, assim como fizera em 1958, inseriu o candidato “independente” em uma “cruzada” para renovar os corrompidos hábitos políticos chilenos⁴²⁵. Este, por sua vez, também repetira sua “recusa” em apresentar-se como candidato, aceitando sua nomeação em função dos inúmeros apelos do “povo” evidenciado pelo recolhimento de assinaturas. Com isto, reafirmava uma posição independente e esboçava um perfil “popular”, ainda que este “povo”, naquele momento, se resumisse aos articuladores de sua volta⁴²⁶. Embora Alessandri não fosse um homem de partido, e seu projeto pessoal não propriamente se encaixasse nos objetivos de luta pela hegemonia política do Partido Nacional, seu arrasto eleitoral o transformou no único nome capaz de unir, em uma aliança tática, as distintas tendências de direita que então se apresentavam⁴²⁷. Além de reforçar o tom “popular” e massivo desejado pelo PN⁴²⁸, o discurso de Alessandri em prol de reformas constitucionais que ampliassem o poder do Executivo, livrando-o das travas legislativas que tanto “atrapalharam” seu primeiro governo, se encaixava com o pensamento daqueles que pretendiam um governo forte, fundamentado na autoridade e na agilidade de decisões⁴²⁹.

⁴²⁵ Sua meta seria estabelecer um governo honesto, honrado, fundamentado na autoridade moral e no talento, verdadeiramente em benefício do povo e contra a caduca politicagem ainda estabelecida (DI, 04/09/1970, p.3).

⁴²⁶ As assinaturas em prol da candidatura de Alessandri foram colhidas pelo *Movimiento de Acción Democrática* (MAD), grupo estruturado ainda em 1995, frente à desilusão com os “ataques ao direito de propriedade” cometidos pelo governo Frei. A partir de uma concepção restritiva da noção de povo e entendendo-se como parte dele, este grupo se colocava como intérprete dos desejos populares e Alessandri era apresentado como símbolo de suas crenças e aspirações.

⁴²⁷ Verónica Valdívía, 2008, op. cit, p. 216-220

⁴²⁸ Para exemplificar esta necessidade de construção de um partido popular, destaca-se o seguinte trecho da declaração de princípios do PN. “El Partido Nacional declara que la nacionalidad se fundamenta en el pueblo, la tradición y el medio geográfico, y que su expresión política debe ser un Estado Nacional, guardador de la herencia histórica y cultural, defensor de la soberanía y de los recursos territoriales, realizador de las aspiraciones del pueblo e impulsor de su capacidad creadora.” Fundamentos Doctrinarios y Programáticos del Partido Nacional. 1966. Apud. Sofía Correa et alli. *Documentos del Siglo XX Chileno*. Santiago: editorial sudamericano, 2001, p. 284.

⁴²⁹ Cabe ressaltar que os antagonismos entre estes dois grupos se mantiveram presentes. Mais próximo à corrente que defendia a luta político-partidária e ao PN, *El Diario Ilustrado* por diversas vezes criticou a postura excessivamente centralizadora de Frei e do PDC, classificando sua ação como uma tentativa de controle do legislativo para o futuro estabelecimento de um partido único e, em última instância, uma ditadura. “El señor Tomic, en cambio, con fórmulas... demagógicas de indiscutible origen marxista pretende implantar un régimen que él llama “comunitario”, que no existe experiencia en ningún país del mundo y que en la práctica significa para Chile un régimen

Para conquistar o apoio do eleitorado, os partidários de Alessandri mais uma vez recorreram ao discurso da técnica sobre a política. No entanto, embora as acusações de favorecimento político durante o governo de Eduardo Frei abrissem espaço para este argumento, a simples imposição da técnica sobre a política parecia não ter a mesma repercussão de outrora. Da mesma forma, um discurso fundamentado especificamente na recuperação da economia também se defrontava com as fracassadas tentativas de aceleração do desenvolvimento e contenção da crise financeira ocorridas durante o primeiro governo de Jorge Alessandri⁴³⁰. Frente a este cenário, ao menos nas páginas de *El Mercurio* e especialmente de *El Diario Ilustrado*, o foco principal eram as garantias democráticas e a manutenção das liberdades. Além disto, diante do contexto vivido, nenhuma candidatura poderia ignorar as demandas por mudanças estruturais. A diferença era que sob o governo de Alessandri o progresso se daria dentro das normas legais da democracia representativa.

El señor Alessandri asegura la evolución del país con grandes transformaciones... dentro de una evolución creadora que garantice a todos los chilenos el amparo de sus legítimos derechos y la seguridad de que no serán violadas las libertades fundamentales de la persona humana, pivotes esenciales del régimen Democrático Representativo de Gobierno (DI, 04/09/1970, p.3)

Com este discurso, o tema da legalidade passava a ocupar uma posição de destaque nas páginas de *El Diario Ilustrado*, sendo vinculado à tradição política chilena. Ao longo de sua história, as mudanças em sua organização social, política, econômica e jurídica, como a inovadora legislação social incorporada durante o governo de Arturo Alessandri de Palma, se deram dentro dos marcos legais e constitucionais. Por isso o Chile era uma exceção entre todas as nações irmãs da América Latina “sometidas muchas a las tiranías bárbaras... de caudillos de distinto origen”. Além disto, embora pela primeira vez uma candidatura apoiada pela “Direita” reconhecesse a necessidade de reformas que permitissem a “efectiva participación popular en la decisión de la gestión pública”, estas deveriam se estabelecer em absoluto respeito à legalidade constitucional. Mesmo

continuista en la forma de ejercer el poder para beneficio exclusivo de un partido, el partido único de Gobierno, esto es el Partido Demócrata Cristiano” (DI, 04/09/1970, p.3)

⁴³⁰ Por outro lado, ressalta-se que seus apoiadores sustentavam que seu governo fora inviabilizado pelos partidos. Além disto, embora não tivesse sido exitoso em números, quando deixou o governo, Alessandri ainda contava com uma substancial base de apoio. Gazmuri y Góngora, op. cit., p. 320.

o combate à corrupção e à politicagem, tão propalados por Alessandri, se dariam em consonância com os direitos e as liberdades individuais previstas no regime institucional chileno graças ao apoio incondicional e desinteressado dos partidos que se integravam à sua candidatura: o Partido Nacional e a Democracia Radical.

A candidatura de Radomiro Tomic recebeu o apoio direto do jornal *La Nación*, que não se furtou em dar suporte ao partido do governo⁴³¹. De acordo com o jornal, um eventual triunfo da “candidatura direitista” dividiria os chilenos entre duas forças antagônicas e agressivas: as favoráveis às mudanças estruturais e as contrárias a elas; o povo e a direita política e econômica. Os conflitos sociais se acentuariam a níveis jamais vistos no país, com o governo de direita “sentindo na carne” a força adquirida pelo povo durante os anos da presidência de Eduardo Frei. Assim, o “fantasma da ditadura” rondaria a política chilena. No caso de vitória da “esquerda marxista”, o Chile daria “um salto no escuro”. As contradições internas existentes naquela combinação política colocariam em risco a estabilidade constitucional da democracia chilena e as velhas diferenças entre socialistas e comunistas poderiam paralisar as ações do governo.

Diante deste cenário, somente um candidato democrata cristão garantiria continuidade do processo de mudanças, tão desejado pelo povo, sem colocar em perigo a democracia chilena⁴³². Os anos de governo democrata cristão, ao mesmo tempo em que renovaram toda uma “tradição democrática” chilena, impulsionaram um novo espírito à nacionalidade chilena. A partir de experiências comunitárias como as sociedades de autoconstrução e as novas formas de trabalho fortalecidas com a experiência da reforma agrária, o povo “autêntico”, ou seja, aquele que trabalha para melhorar suas condições de vida, encontrara novas formas de participação. O estímulo à criação de “Centros de Madres, Juntas de Vecinos” e outras entidades que se constituíram ao amparo do “calor humano” contribuíra para que o povo reforçasse a fé em sua capacidade de ação e fortalecesse seu espírito democrático (LN, 02/09/1970, p.3)⁴³³. Ao valorizar estas

⁴³¹ Postura constantemente criticada por *El Mercurio*, que sustentava que as notícias de um órgão que servia ao Estado deveriam ser completamente independentes, e não carregadas de interesses políticos.

⁴³² “Sabemos que el pueblo quiere cambios rápidos porque los problemas son urgentes. Sabemos que el pueblo quiera cambios profundos, porque los males son endémicos y solo pueden ser extirpados si se atacan a fono sus raíces. El país no quiere detenerse. Pero es indudable que prefiere el camino democrático, chileno y popular” (LN, 03/07/1970, p.3)

⁴³³ Estas experiências, elaboradas a partir do programa de *Promoción Popular*, foram tidas pelo governo Frei como fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país. Luz Maria

experiências, o jornal apelou para uma concepção de democracia ligada aos princípios doutrinários democratas cristãos, em que a incorporação do conceito de “persona humana” e sua dignidade se faziam fundamentais. Neste sentido, uma democracia “verdadeira” necessariamente incluiria a ampliação da participação popular e a possibilidade de existência harmoniosa entre liberdade individual e igualdade social⁴³⁴. Frente às crescentes demandas populares por reformas estruturais ainda mais amplas do que as propiciadas pelo governo Frei, *La Nación* apresentou o candidato da “izquierda cristiana” como “un segundo paso adelante, después de la trascendente obra del gobierno del presidente Frei. Se trata de emprender una nueva etapa que le permita a Chile continuar avanzando dentro de los objetivos que se han trazado, sin quebrar el marco democrático y sin precipitar al país al caos o a la dictadura” (LN, 03/09/1970, p.3)⁴³⁵.

El Siglo, por sua vez, enquanto “vocero más autentico del movimiento popular” e “portavoz de las más altas y mejores inquietudes de nuestro pueblo”, se inseria na luta popular pela eleição de Salvador Allende (ES, 31/09/1970, p.4). Para o jornal, o candidato da Unidade Popular representava o povo e a nação chilena contra seus inimigos irrevogáveis: o imperialismo e a reação. Seu triunfo eleitoral seria uma “segunda independência” que libertaria o povo do Chile da opressão do latifúndio e da ditadura econômica dos clãs financeiros, através de uma “verdadeira” reforma agrária e da nacionalização de “todas las riquezas que están en manos de las grandes firmas imperialistas” (ES, 03/09/1970, p. 4). Ao contrário do que diziam seus opositores, o governo da Unidade Popular teria um caráter pluripartidário com a ingerência de organizações de trabalhadores e do povo, recebendo o apoio das forças progressistas que entendiam as demandas populares. Dever-se-ia impor mudanças efetivas que conduzissem à paz e ao bem-

Diaz Valdés, op. cit. 228. Por outro lado, o programa foi interpretado por setores da esquerda como uma tentativa de constituição “artificial” de uma base eleitoral “popular” para a democracia cristã, o que levou as duas agremiações a competir pelo mesmo “nicho” eleitoral e acirrou as diferenças entre seus partidários.

⁴³⁴ Luz Maria Diaz de Valdes, op. cit., p. 189-190.

⁴³⁵ A ideia de apresentar a candidatura de Tomic como a promotora de uma segunda e mais radical etapa de transformações estruturais, e não como a simples continuação do governo, teria gerado divergências com o presidente Frei, que insistia na manutenção de uma linha mais moderada. Para alguns autores, embora mantivesse longa amizade com Tomic, o presidente não o tinha como seu candidato preferencial. Cristian Gazmuri, op. cit., p. 105. De acordo com *El Mercurio* e *El Diálogo Ilustrado*, o “evidente” desinteresse do presidente pelo candidato de seu partido mostrava que em caso de nova vitória a democracia cristã seguiria rumos diferentes muito mais próximos ao marxismo. Neste cenário, a questão das liberdades foi apresentada como fator diferenciador. Frei era apresentado como um homem moderado que repudiava censuras de qualquer espécie e respeitava os princípios legais. Já no caso de Tomic e de seu programa, a situação era distinta.

estar das famílias chilenas, solucionando os graves problemas nacionais que ainda mantinham o país em um estado de miséria e subdesenvolvimento.

Neste contexto, a postulação presidencial de Jorge Alessandri se ligava ao atraso e às forças reacionárias que impuseram o abuso e a injustiça durante largos anos. A idade avançada do candidato, apelidado de “múmia”, era associada à velhice e a decrepitude de uma direita completamente desconectada do tempo vivido e dos avanços do “povo”. “Los momios” estavam “condenados al sarcófago” (ES, 03/09/1970, p.1), mas não se furtariam de utilizar todos seus recursos financeiros e de propaganda para tentar impedir, até mesmo através da ilegalidade, a vitória do povo e seu candidato. A candidatura democrata cristã, por sua vez, era tida como demagógica e ligada a uma “revolução pela metade” que não solucionou os problemas sentidos pelo povo. Assim, o país necessitava da imposição de uma democracia verdadeira, em que o povo tivesse uma “participación activa y decisiva” e os trabalhadores tivessem o pleno gozo de seus direitos garantidos.

Todas las fuerzas progresistas del país saben que ahora es la ocasión para sacar a Chile de los marcos fríos de una democracia que existe en las palabras, pero que tiene una muy precaria existencia en los hechos, en la vida misma del país. Ahora es la ocasión histórica para volcar a Chile a una nueva y más amplia democracia, que se dé en la realidad cotidiana, que pase de concepto a vida y signifique el real ejercicio de poder por el pueblo... sólo un gobierno popular, como el que los trabajadores se darán hoy al hacer triunfar la candidatura de Salvador Allende, será realmente democrático (ES, 04/09/1970, p. 4).

Destes distintos posicionamentos presentes na imprensa, é possível notar que havia uma necessidade permanente de se associar os candidatos ao povo, compreender suas características e incorporar suas demandas aos respectivos programas. Ainda que esta perspectiva pareça um tanto evidente, tendo em vista que se tratava de uma campanha eleitoral, desperta particular interesse a forma como se dá este processo. Ao final da campanha, identificar-se com o povo parecia exigir uma proximidade ao popular, à maioria, às massas eleitoras, ou mesmo a algum componente que demonstrasse um amplo respaldo a determinado projeto ou discurso. Não por acaso, as três candidaturas encerraram suas campanhas com grandes marchas e comícios. A presença massiva nas ruas de Santiago era um sinal não só do respaldo popular, mas do resultado que aconteceria nas urnas. O encontro com a multidão se mostrava de tal forma

relevante que cada uma das direções de campanha insistia em afirmar que seu “mitin” fora o mais grandioso. Na imprensa, a estratégia se repetia com grandes chamadas de primeira página e ampla cobertura fotográfica. Uma “guerra” de números tomou as capas dos principais jornais. O maior destaque dado a um determinado comício e até mesmo o ângulo das fotografias que registravam a participação nos encontros geravam intensas polêmicas. Após o comício de Jorge Alessandri, primeiro a se realizar, *El Diario Ilustrado* publicou em primeira página:

La mayoría absoluta ya se dio - Realmente impresionante son todas las fotos captadas desde los distintos ángulos de la concentración de don Jorge Alessandri en Mapocho. Por donde uno mire, se encuentra con una muchedumbre nunca antes vista en el país. La consigna que se pretendía se consiguió plenamente y puede decirse que el próximo viernes 4 habrá ¡mayoría absoluta para don Jorge Alessandri! (DI, 01/09/70).

É interessante notar que aquela foi a primeira vez que o candidato “independente” promovera deliberada e declaradamente um encontro de tais proporções. Naquele ano, assim como em 1958, Alessandri rejeitara os grandes comícios públicos, reafirmando que eram apenas um espaço para a politicagem. Sua estratégia de campanha dava preferência a encontros menores, nos quais teria um contato mais direto com o eleitor independente, conhecendo seus desejos e anseios. Contudo, a repetição desta linha de ação parecia se afastar da nova orientação que o conjunto de forças que apoiavam sua candidatura pretendia dar à atuação política da direita. Mesmo o Partido Nacional tinha consciência de que a manutenção de um viés elitista e um aparente “afastamento” das massas invariavelmente conduziria a uma derrota eleitoral. Neste sentido, a opção pelo comício, além de revelar as contradições internas presentes na candidatura Alessandri, se enquadrava em uma tentativa de se dar um perfil mais “popular” às forças de direita como um todo, afastando-se de uma demanda de seu candidato, pessoalmente pouco afeito a esta forma de fazer política. As insistentes associações de Alessandri com uma oligarquia elitista, reacionária e antidemocrática forçavam a candidatura “independente” a mostrar uma “cara” popular. Criticado por *La Nación*, o encontro foi visto como uma tentativa desesperada e demagógica de se incorporar ao processo de evolução política

chilena, revelando uma linha oscilante e confusa⁴³⁶. Em seguidas reportagens *La Nación* tentou mostrar que a presença de público no “mitin” Alessandrista teria sido “ampliada” pela propaganda, o que apenas demonstrava seu afastamento do povo.

Em meio aos editoriais de *El Mercurio* e *El Diario Ilustrado*, a despeito das tentativas de “popularização” e de aproximação das massas a candidatura de Alessandri, nota-se que há uma preocupação com a “qualidade” do povo que o apoia. Mesmo sem afirmar explicitamente isto, como fizeram em ocasiões anteriores, ambos os jornais fazem uso do conceito de povo, sempre com o auxílio de outro conceito associado, ou mesmo sucedido de uma explicação ou justificativa⁴³⁷. A própria palavra, em si, foi poucas vezes utilizada, sendo substituída por expressões como “cidadania”, “eleitorado”, “opinião pública”, “opinião nacional”, “maioria” ou apenas “chilenos”. A opção não só aparenta uma tentativa de atribuir um viés qualitativo àqueles que apoiavam o candidato independente, como parece buscar uma posição em uma batalha conceitual. É certo que o conceito de povo é muito abrangente. Da mesma forma, também é certo que em meio às disputas político-ideológicas todos querem estar com o povo. Como era inegável que todas as candidaturas detinham sua parcela de apoio popular, a questão reside, enfim, em quais eram as “características do povo” que davam suporte a este ou àquele discurso, ou a que circunstâncias o povo estava submetido para agir desta ou daquela forma. Tanto para *El Mercurio* quanto para *El Diario Ilustrado*, o povo que estava com a “candidatura marxista” ainda era aquele envolvido pela manipulação, pela demagogia, ou mesmo aquele incapaz, que em virtude de uma precária formação cívica e humana poderia ser incitado à desordem e ao tumulto. O “povo” que estava com Alessandri tinha outro perfil. Entretanto, embora isto não necessariamente correspondesse a um apoio efetivo, a palavra “povo” foi conquistada conceitualmente pela esquerda⁴³⁸. Amplamente utilizado pelo programa e lemas políticos da candidatura da Unidade Popular, o povo foi presença constante nas manchetes e nos editoriais de *El Siglo*. Salvador

⁴³⁶ Bastaron unos pocos días para que la derecha adaptara sus opiniones a las necesidades del momento... La opinión pública juzgará sobre el crédito que puede acordarse a una propaganda que un día niega todo valor a las grandes concentraciones y al día siguiente las eleva a la categoría de argumento supremo; que un día da una cifra global de asistencia y al día siguiente la rectifica (LN, 02/09/1970, p.3)

⁴³⁷ Sobre a ideia de conceitos associados, analisada por Reinhart Koseleck, 24-25.

⁴³⁸ Não custa lembrar que, em ternos eleitorais, o apoio popular à esquerda, em seus melhores momentos, oscilava entre um terço e a metade dos eleitores.

Allende era o “candidato do povo” e intérprete de suas esperanças. O programa da Unidade popular era o “programa do povo”. Ainda assim, o “povo” não era a totalidade dos chilenos, mas sim o “maior número”, o trabalhador, ou, nas palavras de “seu candidato”, aquele que vivia de seu próprio trabalho. Este povo, se encontrava em luta permanente com seu pior inimigo: a traição, a antipátria, a oligarquia, o imperialismo e aqueles que se valiam do esforço alheio para obter vantagens.

O grande comício de encerramento da Unidade Popular, organizado em detalhes⁴³⁹, fora uma celebração “de la victoria del pueblo”⁴⁴⁰. Confiante em seu próprio poderio, este apenas ratificaria nas urnas a eleição do candidato popular. A presença “espontânea” de uma “gran masa humana” no comício de Allende o diferenciava dos comícios de seus opositores, inflados por grupos trazidos deliberadamente para aumentar o impacto midiático dos eventos. Entretanto, o fundamental era que o povo estava com a Unidade Popular⁴⁴¹.

A democracia cristã também se esforçou para estar ao lado do povo. *La Nación* frequentemente associava à candidatura de Tomic as demandas populares por mudanças estruturais⁴⁴². Para o jornal, Tomic e Allende representavam o povo, enquanto Alessandri estava com seus inimigos. Assim como fazia a UP, *La Nación* também parecia distinguir o povo daqueles que trabalhavam contra seus avanços. Contudo, destacava que o povo chileno tinha características particulares inerentes às tradições da sociedade chilena. Seus indivíduos tinham um perfil “humano”, “livre” e “democrático”, que exigia um projeto de mudanças singular, “chileno” e não fundamentado em modelos estrangeiros. Fora este povo

⁴³⁹ “Mañana: “Martes gigante” de la UP. El golpe de gracia al momiaje. Desde la Plaza Italia hasta la Plaza Bulnes va a ser la fiesta y el mitin. Diez escenarios, incontables artistas y siete marchas. Todo el mundo a prepararse para la concentración final de la campaña” (ES, 31/08/70, p.1); “Hoy vera Santiago lo que es mitin. Allendistas repletan hoy la alameda. La UP acepta desafío de los Tomicistas” (ES, 01/09/70, p.1).

⁴⁴⁰ “¡800 mil Allendistas! Mitin sin precedentes en la historia de Chile. Desde Plaza Italia hasta Avenida Brasil se produjo el desborde de la UP. Más de dos kilómetros con la Alameda llena de lado a lado” (ES, 02/09/1970, p.1)

⁴⁴¹ Quem esteve em seu “mitin” final foram os trabalhadores, as donas de casa, os jovens. A grandiosa festa popular seria um encontro no qual as “clases populares se preparan para tomar el poder en sus manos y realizar desde allí una revolución que asegure a todos los chilenos el uso cabal de sus derechos” (ES, 01/09/1970, p.4).

⁴⁴² “Supimos de ciudadanos izquierdistas que estaban indecisos. Buscaban al candidato que pudiera reunir tras de si la mayor cantidad de elementos populares, campesinos, obreros, juventud, empleados, clase media en general. Buscaban al hombre que pudiera realizar los cambios de estructuras sin temor a que dicho esfuerzo fuese interrumpido a causa de la precariedad de la combinación partidista de Allende. Iban votar por este sólo si no podían constatar que Tomic era una mejor garantía para hacer los cambios” (LN, 04/09/1970, p. 3).

“autêntico” que demonstrara seu verdadeiro apoio ao “grandioso mitin” do candidato da “izquierda cristiana”. Anunciado por *La Nación* com destaque, o comício de Tomic superaria todos os outros, em especial o do “marxista Salvador Allende”, único candidato que também despertava o interesse popular⁴⁴³. De fato, *El Siglo* não negava o caráter popular da candidatura de Tomic⁴⁴⁴. O principal problema da candidatura democrata cristã não estava no perfil daqueles que a apoiavam, mas sim em seu discurso demagógico e em seu projeto de mudanças estruturais incompleto, que mantinha as desigualdades existentes.

O programa da Unidade Popular era o único que realmente alçava o povo à condição revolucionária de gestor de seu destino, entregando o poder às mãos de seus devidos donos. Era justamente esta possibilidade que levava as “forças da reação” a enveredar pelo crime e a “jugar sus cartas más súcias para detener el avance popular” (ES, 01/09/1970, p. 4). Diante da iminente vitória popular evidenciada pelos comícios, o povo deveria permanecer vigilante e tomar as ruas para fiscalizar qualquer tentativa de conspiração ou sabotagem contra a tranquilidade do processo eleitoral⁴⁴⁵. Este chamado ao povo, reforçado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi interpretado por *El Mercurio* como uma tentativa de incitar a violência e chegar ao poder a qualquer custo. Frente à possibilidade de vitória eleitoral de Alessandri, a atitude da CUT mostrava que “el comunismo haya decidido llegar al poder por las vías de hecho, en vista del convencimiento de que el camino electoral esta cerrado” (EM, 01/09/1970,

⁴⁴³ “Hoy, en Valparaíso; mañana, en la Alameda, el pueblo proclama a Tomic. 14 columnas convergerán hacia la Plaza Italia, en la mayor concentración de fuerzas populares de la historia política chilena” (LN, 01/09/1970, p.1); “Allende supero a Alessandri: Tomic los triplicara hoy” (LN, 02/09/1970, p.1). “SANTIAGO DIJO TOMIC: En el gigantesco escenario de la Alameda, multitudinaria concentración final superó todos los vaticinios, proclamando el abanderado da la izquierda cristiana Presidente de Chile. Tomic ganó el desafío a Allende... cientos de miles de santiaguinos superaron holgadamente el acto de masas del único rival de cuidado, el marxista Salvador Allende, otorgando a Tomic el espaldarazo que ha de confirmar mañana la ciudadanía de todo Chile en las urnas” (LN, 03/09/1970, p. 1).

⁴⁴⁴ Seu comício realmente superara o de Alessandri, mas era impossível fazer frente à “festa” da Unidade Popular . “Tomic superó a Alessandri, pero no se la pudo con el 3” (ES, 03/09/1970, p.1.).

⁴⁴⁵ “Las fuerzas populares se verán enfrentadas a las provocaciones de la ultraderecha y de la ultraizquierda, fuerzas que tratan de crear una situación caótica que el pueblo será lo primero en desbaratar... El primer acto combatiente y revolucionario de hoy, en el caso de cada uno de los militantes de la Unidad Popular, consiste en emitir el sufragio... El segundo acto combatiente y revolucionario, válido también para cada uno de los que militan en las filas del pueblo, es la actitud vigilante... Repetimos que el triunfo popular tiene que ser muy amplio.” (ES, 04/09/1970, p. 4).

p.3)⁴⁴⁶. Mais uma vez, o partidários da candidatura Allende são apresentados como inimigos da ordem, em uma tentativa de associar o socialismo à violência e ao terror, em oposição à paz e à tranquilidade do regime democrático⁴⁴⁷. Em meio a seus apelos à manutenção da ordem, nota-se que *El Mercurio* apresentava uma concepção de democracia na qual a participação popular é limitada, se restringido ao ato de votar. Qualquer outra forma de participação e atuação na arena política foi vista como um perigo à ordem, que, para o jornal, se constituía em elemento fundamental de um regime democrático. “El electorado democrático no tiene mas que un acto que cumplir, votar por el candidato de sus preferencias. La democracia y el orden se afirmarán con solo este acto... contra tal afirmación no valdrán las movilizaciones extremistas ni los disturbios de ninguna clase” (EM, 01/09/1970, p.3).

Tais comentários encontraram o rechaço imediato de *El Siglo*, que entendia o aumento da participação como fator primordial ao fortalecimento da democracia. Em editorial, afirmou que *El Mercurio* era partidário de um “apoliticismo que castra el impulso de los movimientos populares en que logra clavar sus garras”. Neste sentido, o crescente interesse popular pelo ato eleitoral, ao invés de ser visto com alegria, era criticado. De acordo com os “inspiradores mercuriales”,

el ciudadano... debería abandonar la palestra cívica. Irse lejos. A la paz de su hogar, a la torre de los despreocupados y de los cándidos, para dejar el terreno libre a los golpistas, a los tramposos, a los provocadores... El pueblo trabajador no entiende así las cosas. Y no les darán el gusto a los redactores de “El Mercurio... Bajo un Gobierno Popular, como será el de Salvador Allende, a “El Mercurio” le vamos a dar por una vez en el gusto. Los trabajadores no deberán montar sus propios aparatos de defensa, porque ellos serán el poder, y el Estado no permitirá que bandas de delincuentes, asesinos y pijes insolentes atenten contra los trabajadores (ES, 02/09/1970, p. 4)

Por diversas vezes, *El Siglo* publicou que a violência, a desordem e mesmo o terrorismo não partiam das forças populares. A tranquilidade e a absoluta ordem

⁴⁴⁶ A confiança na vitória de Alessandri, evidenciada nas páginas de *El Mercurio*, não era sem sentido. Diversas pesquisas realizadas por órgãos norte-americanos davam sua eleição como certa. Uma delas, publicada em agosto por este mesmo jornal, revelava que Alessandri receberia mais de 40% dos votos. Verónica Valdívía, 2008, op. cit., 215.

⁴⁴⁷ “La decisión popular será adoptada legal y pacíficamente, pero ella no irá en abono de los deseos de los dirigentes de la CUT, sino contra ellos. Los chilenos desean continuar en el régimen de libertad y para eso manifiestan con resolución su propósito de dar el triunfo al candidato independiente” (EM, 01/09/70, p.3).

em que transcorreram as marchas e discursos ocorridos no dia do grande evento final da Unidade Popular demonstravam o espírito democrático, a maturidade cívica e o alto nível político do povo chileno (ES, 02/09/1970, p.1). Contudo, as acusações não cessaram. Em um programa de televisão, Salvador Allende concitou os militantes da Unidade Popular a permanecerem alertas frente a uma possível distorção dos resultados do pleito pelos inimigos do povo, arrebatando assim seu “legítimo” triunfo. A declaração fez com que *El Diario Ilustrado* apresentasse o candidato da Unidade Popular como inimigo da legalidade.

Tuvo el señor Allende el cinismo de agregar que, deliberadamente, él no se refería al “triunfo legal” sino que hablaba de “triunfo legítimo”, sin entrar a explicar la razón precisa de tan sutil distingio, aun cuando resulta claro que el candidato marxista tiene ya resuelto desconocer la legalidad del resultado que arrojen las urnas a favor del candidato independiente... El llamado... es lisa y llanamente, un llamado a la subversión y a la acción criminal... La invocación a “defender” esa presunta victoria legitima que no sería una victoria legal, puede significar solamente el propósito de amedrentar a la ciudadanía competiéndole a sufragar por el persistente candidato a la Presidencia de la República por temer a los desmanes que pudieran realizar las turbas cruzadas por quienes no tienen interés alguno en el mantenimiento del sistema democrático de convivencia humana en Chile (DI, 04/09/1970, p. 3).

Independente do jogo de palavras e da suposta intenção de se marcar uma distinção entre legitimidade e legalidade por parte de Allende, o chamado ao povo para fiscalizar o processo eleitoral foi visto por *El Diario Ilustrado* e por *El Mercurio* como um afronta à legalidade por si só, tendo em vista que, constitucionalmente, a fiscalização do pleito cabia única e exclusivamente às Forças Armadas⁴⁴⁸. Entretanto, isto não abalava a legítima confiança depositada pela cidadania nos corpos armados chilenos⁴⁴⁹. Ao assumir a responsabilidade de velar pela ordem da eleição, as Forças Armadas “aseguran a la mayoría ciudadana que no será frustrada al depositar su voto y que la verdad y la ley se impondrán por sobre los intereses empeñados en desfigurar el sentir del pueblo” (EM,

⁴⁴⁸ “El control de las elecciones no pertenece a CUT, sino a las Fuerzas Armadas. El anuncio de posibles desmanes es un cargo indirecto a ellas y el llamado de movilización a obreros y campesinos constituye una iniciativa improcedente considerando el mando militar... Se ve pues que la nerviosidad de los dirigentes de la CUT los hace negar... las tareas correspondientes a sus cargos e invadir las que pertenecen a la Fuerza Pública” (EM, 01/09/1970, p. 3).

⁴⁴⁹ “En ellos coexisten el alma institucional y el espíritu cívico, profundamente arraigados en el corazón de sus contingentes y jefes... Estas virtudes afortunadamente reconocidas por la conciencia pública, cobran un trascendente relieve en las grandes contiendas cívicas como estas... Hoy, cuando el país muestra un rostro lleno de inquietudes e incertidumbre, inútil sería desconocerlo, estamos ciertas de que nuestras Fuerzas Armadas y de Orden se constituirán en auténticos hitos humanos que jalonan y definen las fronteras de la Ley” (DI, 02/09/1970, p. 3).

04/09/1970, p. 4)⁴⁵⁰. Nesta missão de manutenção da ordem e da tranquilidade do pleito também seria importante uma atuação isenta e imparcial do Executivo, em especial no processo de divulgação dos primeiros resultados eleitorais, evitando assim maiores transtornos⁴⁵¹.

A despeito do ambiente de tensão, o pleito transcorreu sem maiores problemas, revelando uma vitória apertada de Salvador Allende. O candidato da UP recebeu 1.070.334 votos, totalizando 36,2% do eleitorado. Jorge Alessandri ficou em segundo lugar, com 1.031.159 votos e 34,9%, seguido por Radomiro Tomic, com 27,8% dos eleitores e 821.801 votos⁴⁵². De acordo com *La Nación*, a tranquilidade do pleito renovava toda uma tradição democrática, com o povo chileno demonstrando uma vez mais sua maturidade política para decidir seus destinos sem recorrer à violência⁴⁵³. A atitude do governo foi apenas de acolhimento deste espírito democrático e desta tradição chilena.

Ao analisar os números do pleito, *La Nación* destacou que sua interpretação recaía sobre os programas de ação mais do que sobre os nomes dos candidatos. Sob este prisma, a soma da votação obtida por Allende e Tomic

⁴⁵⁰ Diante da polêmica, o comandante chefe das Forças Armadas para a região de Santiago, general Camilo Valenzuela, emitiu uma declaração na qual afirmava que as Forças Armadas respeitavam as leis da República sob todos os aspectos. A cidadania poderia cumprir seus deveres cívicos de forma tranquila, pois as Forças Armadas manteriam a ordem pública a todo custo para se fazer respeitar o veredicto das urnas e a vontade popular. A declaração teve ampla repercussão na imprensa, mas com distintos matizes. Enquanto *El Mercurio* destacou a garantia aos direitos dos votantes, *El Siglo* deu ênfase ao respeito ao resultado da votação. ““Fuerzas Armadas garantizarán normalidad en las elecciones”. Se usarán todos los medios para mantener el orden inalterable. Medidas para asegurar el respeto de los derechos de la ciudadanía” (EM, 03/09/1970, p.1); “Seguridades para los votantes: reitera Jefe de Plaza” (EM, 04/09/1970, p.1); “FF AA respetarán triunfo de Allende. El general Camilo Valenzuela declaró ayer que las FF. AA. respetarán el veredicto de la elección” (ES, 03/09/1970, p.1).

⁴⁵¹ A ação do Executivo no pleito foi cuidadosamente acompanhada por *EL Mercurio* e *El Diario Ilustrado*. Dias antes das eleições, ambos afirmavam como o governo daria plena garantia ao desenvolvimento normal de todo o processo eleitoral. Contudo, frente à possibilidade de uma divulgação oficiosa dos resultados eleitorais pelo Ministério do Interior durante a apuração, *El Mercurio* alertou que a mesma poderia gerar inquietude e prejuízos à ordem pública (EM, 03/09/1970, p. 3). Já *El Diario Ilustrado* ressaltou que estes números não seriam confiáveis, pois os canais de divulgação estatal atuavam em benefício da candidatura de Radomiro Tomic (DI, 03/09/1970, p.3). Diante desta polêmica, *La Nación* publicou que durante todo o governo de Eduardo Frei não surgiu qualquer dúvida sobre sua inspiração democrática e seu respeito à voz das urnas. No pleito presidencial, a situação não seria diferente. O governo iria respeitar e fazer respeitar o estrito cumprimento das normas constitucionais com o suporte das Forças Armadas. Contudo, o que efetivamente garantia a normalidade das eleições era o elevado nível de maturidade civil e democrática do povo chileno (LN, 04/07/70, p.3).

⁴⁵² Gazmuri, op. cit., p. 105.

⁴⁵³ No dia seguinte ao pleito, o jornal em manchete: ““Me felicito, como chileno que nuestro pueblo haya preferido el camino democrático de las urnas”. Radomiro Tomic”. Ainda em primeira página publicou também: ““Chile señala un ejemplo para el mundo”. Corresponsales extranjeros” (LN, 05/07/1970, p. 1).

revelava que quase 70% do “eleitorado nacional” entendiam que o modelo de desenvolvimento nacional deveria incluir mudanças estruturais. Da mesma forma, era importante destacar que a votação de Salvador Allende não podia ser interpretada com uma adesão ao fim da democracia.

Las masas que agrupó Allende tienen en común con las bases tomicistas el respeto por el pluripartidismo y por las libertades políticas, puntos básicos del programa de la Unidad Popular. Las primeras palabras del senador Allende, desde el balcón de la FECH, dejaron en claro que se respetaría a todas las tendencias políticas, sin discriminación (LN, 07/09/1970, p. 4)

El Diario Ilustrado, por sua vez, embora reconhecesse a lisura e caráter democrático do processo (DI, 06/07/1970, p. 3), entendeu que o resultado do pleito fora desastroso⁴⁵⁴. Lamentavelmente, uma leve maioria do eleitorado, enganada pela pregação marxista, acreditou em suas promessas. Prevendo um futuro sombrio para o país, afirmou que a campanha de Allende se baseou em uma farsa. O candidato da Unidade Popular se apresentara como redentor dos humildes, mas em nenhum momento confessou que seu objetivo era o mesmo de todo e qualquer projeto marxista, “la supresión de la libertad individual... el establecimiento de una dictadura atroz”. Ao alcançar “duvidoso privilégio” de permitir que o marxismo chegasse ao poder pela via eleitoral, o pleito ficaria marcado na história. Em seu lamento, *El Diario Ilustrado* recuperou um argumento amplamente utilizado 22 anos antes, durante o processo de aprovação da *Ley de Defensa Permanente de la Democracia*, e que então parecia se confirmar. O resultado das eleições chilenas era um alerta para as democracias ocidentais. Sem os devidos instrumentos de proteção, a democracia “en su amplitud y con su tolerancia, permite que aquellos que están empeñados en destruirla, pueden utilizar los propios recursos que ella ha establecido para que los pueblos adopten sus decisiones libre y soberanamente, aún cuando sean tan equivocadas y tan lastimosas para el porvenir de Chile” (DI, 06/09/1970, p. 3). Para *El Siglo*, o pleito entrara para história por distintas razões. A verdade,

⁴⁵⁴ O resultado do pleito também foi lamentado por *El Mercurio*, que pediu para que as forças que gravitaram em torno de Alessandri se mantivessem unidas “mientras sobreviva la democracia”. De acordo do o jornal da família Edwards, o grande responsável por esta estreita diferença em favor do marxismo foi o Partido Demócrata Cristiano. Suas orientações exclusivistas impuseram uma administração restrita a um único partido, impedindo a colaboração de outros setores no campo político e parlamentar. Além disto, “la indefinición del programa demócratacristiano, cuyos puntos de coincidencia con el marxismo dieron a la candidatura de Allende un empuje capaz de disputar palmo a palmo la elección al candidato independiente” (EM, 05/09/1970, p. 3).

exposta em um diálogo permanente e direto com as massas, impediu que uma “mentirosa campanha do terror”, amplamente financiada pelos inimigos do povo, confundisse o eleitorado (ES, 06/09/1970, p. 4), ao contrário do que afirmavam seus adversários

el Gobierno que se han dado los chilenos será, bueno es repetirlo, un gobierno para todos los chilenos. Un gobierno para que los conceptos de democracia, justicia y libertad realmente tengan sentido... ningún trabajador auténtico, ningún obrero, empleado, profesional, pequeño o mediano comerciante tiene nada que perder bajo el Gobierno Popular de Salvador Allende (ES, 07/09/1970, p. 4).

A euforia de *El Siglo* seria permeada por certa apreensão. Como Allende não obtivera a maioria absoluta dos votos, a Constituição determinava que, passados 50 dias, caberia ao Congresso Pleno escolher entre as duas candidaturas que obtiveram a maior votação no pleito popular, abrindo, assim, espaço legal para a alteração do resultado das urnas⁴⁵⁵. Embora na história política chilena o Congresso nunca tivesse deixado de ratificar o nome do candidato eleito em primeira maioria, a simples possibilidade de impedimento legal da eleição de Allende motivou um último impulso de seus opositores. Para imprensa partidária de Alessandri, era a “última chance” de manutenção da democracia chilena, dando início, assim, a uma intensa polêmica que permearia todo este período de espera⁴⁵⁶.

3.3 – A Eleição no Congresso Pleno e as “garantias democráticas” à legalidade

Logo no dia seguinte à eleição, ao noticiar o “estreito triunfo” do candidato da Unidade Popular, *El Mercurio* publicou em primeira página duas grandes fotos, uma de Allende e outra de Alessandri. Sua legenda era

⁴⁵⁵ O longo período de 50 dias de espera se justificava pela recontagem obrigatória dos votos pelo *Tribunal Calificador Electoral* e pelo prazo legal para interposição e julgamento de recursos ou impugnações de qualquer espécie. Somente após a divulgação oficial dos resultados, a ser realizada em até 40 dias após a eleição popular, é que se poderia realizar a eleição no Congresso Pleno.

⁴⁵⁶ Já prevendo o embate que se daria nos dias posteriores, *El Siglo* procurou mostrar que os interesses dos eleitores de Tomic tendiam para uma aproximação com Allende. De acordo com o jornal, a angústia frente a uma possível maioria de Alessandri em meio à contagem dos votos levou “las masas democristianas recibieron la noticia del triunfo de Allende como una victoria propia, con las alegría de hermanos... jóvenes de la UP y de la JDC, se encontraron y confraternizaron con abrazos y aplausos mutuos, que hicieron rodar las lágrimas por las mejillas de muchos jóvenes democristianos” (ES, 05/09/1970, p. 4).

inconclusiva. “Las dos primeras mayorías: Salvador Allende y Jorge Alessandri, los dos candidatos que hasta el final de los escrutinios disputaban el primer lugar en la elección de ayer. Faltando aún 300 mil votos por computar, Allende conservaba su ventaja sobre el candidato independiente”. (EM, 05/09/1970, p.1). Entretanto, em editorial sustentou: “este resultado debe confirmarse o modificarse en pocas horas más. Pero como quiera que él sea, estará lejos de la mayoría absoluta y deberá recibir dentro de 50 días la ratificación del Congreso Nacional” (EM, 05/09/1970, p. 3). Para *El Mercurio*, entusiasticamente acompanhado por *El Diario Ilustrado*⁴⁵⁷, a “simple lectura de la Constitución y de las leyes vigentes” (DI, 07/09/1970, p.3) demonstrava que o processo eleitoral ainda estava em pleno desenvolvimento. Para não se colocar em oposição à legalidade constitucional, Salvador Allende deveria ser o primeiro a reconhecer este fato⁴⁵⁸. De imediato, nota-se que a busca de apoio popular, reforçada pelos dois jornais durante o período eleitoral, se converteu em um apelo à legalidade. O cumprimento irrestrito da lei, agora interpretada sob aspectos estritamente positivos, e não mais sob o ponto de vista da tradição, foi colocado acima de tudo. “La estricta observancia de todos estos trámites, establecidos expresamente por la ley, no puede ser objetada por ningún demócrata... porque las victorias políticas en las cuales se define la existencia futura de la nación, han de estar rodeadas de la máxima claridad, limpieza y legalidad” (DI, 08/09/1970, p. 3).

O discurso em prol da continuidade da disputa eleitoral marca uma mudança de rumo. Confiantes na vitória, *El Mercurio*, *El Diario Ilustrado*, assim como Alessandri e os partidos de sua base de apoio, reverberaram durante toda a campanha que o resultado da primeira maioria deveria ser respeitado a todo custo em função de uma interpretação constitucional consagrada pelo costume e pela tradição⁴⁵⁹. Esta repentina “virada” do “alessandrismo” foi recebida com

⁴⁵⁷ “Estrechísima diferencia en la elección presidencial: Sigue el proceso electoral” (DI, 05/09/1970, p.1)

⁴⁵⁸ “Allende al margen de la Constitución por autoproclamarse. Declaración de movimientos alessandristas” (DI, 08/09/1970, p.1).

⁴⁵⁹ “Somos los primeros en concordar con el propósito de que se respete sin reservas la voluntad del electorado. Este diario incluso ha insistido en que la interpretación constitucional más equitativa es la consagrada por la costumbre y que concede el triunfo al candidato que obtiene la primera mayoría de los sufragios. La voluntad del pueblo debe ser respetada, pero esa voluntad es la que emana genuinamente de los votos emitidos por la ciudadanía” (EM, 04/09/1970, p. 3). Para além destes argumentos é importante destacar que a defesa da manutenção do resultado da primeira maioria também se articulava a uma estratégia de campanha e a uma leitura política dos acontecimentos. Praticamente todas as projeções realizadas no período apontavam para uma

“profunda indignação” por *La Nación*. Embora o jornal reconhecesse que pronunciamento do Congresso Pleno era uma etapa legal a ser cumprida, mais uma vez causava espanto a dualidade da direita. Se antes do pleito a mesma defendeu a proclamação do candidato que obtivesse a primeira maioria como uma “tradição política consolidada” que respeitava a “boa doutrina”, após a eleição imediatamente passou a apelar para o “direito constitucional” de eleger o segundo colocado, em um súbito apego constitucional⁴⁶⁰.

Para os partidários da Unidade Popular, esta “defesa da legalidade” não passava de uma manobra, de um jogo retórico daqueles que já haviam manifestado distinto entendimento sobre o processo eleitoral⁴⁶¹. Embora derrotada eleitoralmente, a “reação” se recusava a aceitar a “vontade popular”. *El Siglo* destacou que Salvador Allende foi eleito presidente não apenas pela vontade daqueles que sufragaram seu nome, mas pela vontade de toda uma nação, comprovada pelo reconhecimento de inúmeros setores da sociedade⁴⁶². Ao se opor a vontade democrática do povo, a “reação” e o “imperialismo” levantavam a bandeira da sedição. Contudo, o povo estava vigilante e resistiria aos ataques, confirmando sua soberania. *El Diario Ilustrado* contra-argumentava que o

divisão do eleitorado entre as três candidaturas que dificilmente abriria espaço para que qualquer candidato conseguisse a maioria absoluta. Diante deste cenário era plausível que as bases da candidatura de Alessandri considerassem o perigo de uma aliança entre a Unidade Popular e a Democracia Cristã para derrotar o “candidato independente” em uma segunda volta no Congresso Pleno, já que toda sua campanha eleitoral fundamentara-se justamente na crítica às proximidades programáticas entre “marxistas” e “comunitaristas”.

⁴⁶⁰ “La derecha siempre ha mostrado respeto por la Constitución en la medida en que se amolda a sus intereses; apenas la Constitución deja de favorecerla, la abandona ruidosamente, elaborando nuevas justificaciones” (LN, 08/09/1970, p. 3).

⁴⁶¹ “El imperialismo y la Derecha se empeñan hoy en negar lo que afirmaban aún antes de las cuatro de la tarde del cuatro de septiembre. Para lograrlo, se enredan en una y mil interpretaciones del texto constitucional, con el fin de poderlo utilizar a su regalado gusto... No les importa que sus ambiciones sólo puedan ser cumplidas saliéndose del marco de la ley, que dicen respetar, e impulsando al país a una guerra civil (ES, 15/09/1970, p.19); “Oligarcas y ultraderechistas han demostrado, a lo largo de nuestra historia que respetan la legalidad cuando esta les sirve, y que la pisotean pronto como se transforma en un obstáculo para sus apetitos” (ES, 03/10/1970, p.4).

⁴⁶² Logo após a eleição, Allende foi congratulado pelo candidato do PDC. “Tomic fue a abrazar y felicitar a Salvador Allende como presidente electo” (ES, 06/09/1970, p.1). Mesmas atitudes tiveram a direção da Juventude Democrata Cristã e os reitores da Universidade Católica e Técnica. Dias mais tarde, Salvador Allende recebeu o apoio do *Colegio de Periodistas de Chile*, da *Faculdade de Direito da Universidade do Chile*, de setores empresariais, estudantes, igreja, trabalhadores e até mesmo da *Câmara de Comercio* e da Associação de Magistrados. Todos registrados em reportagens de primeira página por *El Siglo*. Este último apoio foi duramente criticado por *El Mercurio*, que, em editorial, afirmou que os magistrados imiscuíram-se em um assunto político reconhecendo a vitória de um candidato em um pleito que ainda não havia acabado. “Los hombres de Derecho, sobre todo cuando desempeñan funciones de alta responsabilidad pública no pueden apartarse de las disposiciones legales que los rigen... bien esta que cooperen a las reformas o transformaciones que estimen justas, pero es natural que la ciudadanía exija a sus magistrados una actitud serena y ajustada a la ley” (EM, 14/09/1970, p.19).

acatamento dos trâmites legais não significava um entorpecimento da vontade popular, mas sim um elemento que permitia que esta vontade “aparezca plenamente depurada y sin la menor tacha”. “Un grupo de chilenos” não poderia se arrojar o direito de afirmar que os resultados “proporcionados, hasta ahora, “son inconvencibles” y que “el pueblo” se halla alerta para defenderlos. Eso es solamente una manifestación de prepotencia o un afán de subversión porque entraña un propósito de violentar la ley” (DI, 08/09/70, p. 3).

No dia 10 de setembro os jornais publicaram a seguinte nota de Jorge Alessandri.

Mis electores... y el país saben que yo planteé mi candidatura como un plebiscito tendiente a lograr una profunda modificación en nuestro inadecuado sistema político... Durante la campaña y en mi último discurso por radio reiteré que necesitaba para ello de una amplia mayoría, la que no obtuve. En estas condiciones me sentiría impedido para ejercer el poder, cualesquiera que sean los resultados de los trámites constitucionales que habrán de cumplirse.

En el caso de ser elegido por el Congreso Pleno, renunciaría al cargo, lo que daría lugar a una nueva elección. Anticipo desde luego, en forma categórica que en ella yo no participaría por motivo alguno⁴⁶³.

De acordo com *El Mercurio*, o gesto “patriótico” de Alessandri permitia que o Congresso Pleno, no uso de suas “facultades constitucionales”, realizasse um “plebiscito entre democracia o marxismo”, tendo em vista que a convocação de novas eleições abria espaço para uma candidatura “democrática” de consenso, tal como ocorrera em 1964.

una nueva elección para decidir entre la DC y el comunismo no sería entre derecha e izquierda, entre lo establecido y la revolución; entre la conservación del sistema y las transformaciones sociales profundas, La verdadera decisión está entre un régimen de auténtica avanzada y un régimen totalitario... Si ese pronunciamiento ratificara la posición de don Salvador Allende quedaría demostrado que es efectivo que la mayoría de los chilenos está por aceptar que llegue al poder el marxismo por la vía legal (EM, 11/09/1970, p. 3)⁴⁶⁴.

O editorial parece marcar uma virada no discurso dos setores que apoiaram a candidatura de Alessandri que começara a se manifestar com a divulgação dos primeiros resultados do pleito. Embora permanecesse o discurso de oposição entre democracia e “comunismo”, tanto *El Mercurio* quanto *El Diario Ilustrado*

⁴⁶³ Jorge Alessandri Rodriguez. 09/09/1970. In: DI, 10/09/1970, p.1, também reproduzida em primeira página por *El Mercurio* e por *La Nación*.

⁴⁶⁴ “La opción política categórica entre Democracia Representativa y Marxismo-Leninismo. Cabe si recordar que los electores chilenos que votaron por los esquemas de la Democracia, cuentan con una mayoría inmensa sobre los electores que votaron por la instauración de un régimen comunista en el país” (DI, 11/09/1970, p. 3).

abandonaram a postura “ofensiva” adotada durante a campanha, na qual Alessandri era apontado como única opção verdadeiramente democrática para os destinos do país, assumindo, mais uma vez, um discurso “defensivo”, de proteção dos valores democráticos chilenos e da cultura ocidental contra um inimigo implacável. Em uma reedição do discurso adotado em 1964, as críticas à Democracia Cristã e sua eventual proximidade com o projeto “marxista” deram lugar a uma tentativa de união, na qual as forças de direita reconheciam o impulso da DC e clamavam por seu apego à constitucionalidade e à garantia dos direitos individuais. A menção a uma possível candidatura de consenso de Eduardo Frei, não mais impedido pela lei eleitoral, não só reforçou esta posição, como procurou cooptar os setores mais anticomunistas do partido. A supervalorização do comunismo e seu isolamento do conjunto da UP também se inseriram neste discurso. Do mesmo modo, *El Mercurio* buscou desarticular a oposição entre transformação e reação. Para o jornal, todos pretendiam mudanças. A diferença era que os democratas, defensores de um “regimen da avanzada”, pretendiam fazê-las dentro da lei e respeitando os direitos individuais, ao contrário dos marxistas.

Diante da situação de momento, somente a união das forças democráticas poderia garantir a manutenção das liberdades individuais e o respeito à legalidade⁴⁶⁵. Como a chegada de um governo marxista inevitavelmente conduziria ao cerceamento das liberdades, era justamente na defesa deste “patrimônio moral” chileno que o debate deveria se concentrar (EM, 18/09/1970, p.3). Para reforçar sua posição, *El Mercurio* mais uma vez inseriu o país em um cenário de disputa mundial entre forças democráticas e comunistas, às quais o país estaria invariavelmente submetido no caso de se confirmar o governo da Unidade Popular. Esta oposição era irreconciliável, pois em todo o mundo não faltavam exemplos de acordos entre partidos democráticos e o comunismo, em que “una vez que este último tomó en sus manos el control de la policía y reorganizó sus cuadros, rompió todos los acuerdos e implantó una dictadura” (EM, 09/09/1970,

⁴⁶⁵ “En efecto, las fuerzas que apoyaron a los señores Alessandri y Tomic representan más del 60% del electorado y, si bien ellas no son conciliables, por los menos han sostenido en forma paralela el mantenimiento de las garantías individuales, sin perjuicio de todas las reformas constitucionales y legales que fuera necesario introducir en el futuro” (EM, 09/09/1970, p. 3).

p. 3)⁴⁶⁶. A despeito do discurso de defesa da democracia, e mesmo do perfil legalista de Allende, os desejos do conglomerado antidemocrático que o apoiava se imporiam⁴⁶⁷. Como presidente, Salvador Allende seria o executor de um programa de governo que, entre outros pontos, sinalizava para a organização de uma *Asamblea del Pueblo*, “replica del Soviet Supremo”, que substituiria o Congresso Nacional e nomearia o “Tribunal Supremo”⁴⁶⁸. Esta ação submeteria a Justiça ao poder político, acabando com a independência entre os Poderes, elemento fundamental em um regime democrático (EM, 10/09/1970, p.3).

Em meio aos ataques de *El Mercurio* e *El Diario Ilustrado*, os partidários da Unidade Popular sustentaram que o verdadeiro dilema enfrentado pelos chilenos nas eleições presidenciais não foi entre democracia e marxismo, mas entre “una política de cambios profundos, o la manutención del sistema establecido con una que otra reforma superficial... Y la mayoría voto por los cambios” (ES, 03/09/1970, p. 4). Neste sentido, somar os votos do alessandrismo e da democracia cristã era um absurdo⁴⁶⁹. Assim como a tentativa de “endosarle al futuro gobierno el mote de “comunista”, con la expresa finalidad de asustar y cazar incautos”, era fruto da má fé do porta-voz da antipátria (ES, 21/09/1970, p.4). O “governo popular” provinha de um movimento muito mais amplo, pluripartidário e destinado a realizar as mudanças necessárias para trazer o

⁴⁶⁶ “Las experiencias históricas en los últimos cincuenta años indican que el Partido Comunista, en gobiernos de coalición democrática, termina siempre por dominar a sus asociados y excluirlos del Poder por la violencia. En el único caso en que este plan se frustró fue el efímero Gobierno elegido en Chile en 1946, y en el cual la peligrosidad advertida por los radicales los llevó a erradicarlo violentamente dejándolo por diez años en la clandestinidad, por medio de la ley de defensa de la democracia” (EM, 18/09/1970, p. 4)

⁴⁶⁷ Enquanto se discutia em vão os falsos propósitos democráticos da candidatura da Unidade Popular, seus comitês seguiam seu trabalho de penetração ativista “sin darse tregua en la tarea de intensificar la labor proselitista y de penetracion en los sectores de masas y en donde existe cualquiera agrupación susceptible de influenciar o captar” (EM, 13/09/1970, p. 23).

⁴⁶⁸ A substituição do modelo bicameral por uma Câmara única, denominada “Asamblea del pueblo”, tal como acontecia nos países socialistas, era um dos pontos polêmicos no projeto de transformação política proposta pela UP. Gazmuri, op. cit., p. 103. O desejo de implantação desta Assembléia constituiu-se em um bom exemplo da combinação de distintas premissas teóricas e sua difícil aplicação no programa da UP. Em última instância, pela teoria e prática soviética, a Assembleia do Povo seria responsável pela nomeação do Executivo e do judiciário, substituindo as eleições e suprimindo a independência dos poderes. Ainda que isto pudesse ser um horizonte futuro, a UP não propôs exatamente isto em seu programa de governo, até porque, na prática, fazer uma reforma constitucional neste sentido não seria nada simples.

⁴⁶⁹ “Aunque sea desesperada, sus antidemocráticas pretensiones, tratan de sumar a sus haberes políticos no sólo los que votaron presionados por ellos, sino también a la totalidad de los ciudadanos que votaron por Radomiro Tomić... Curiosa maniobra que permitía identificar en un todo homogéneo a los que votaron pela nacionalización del cobre y a los que votaron contra esa nacionalización; a los que hablaron de acelerar el proceso de reforma agraria y a los que siempre han sido enemigos de ella” (ES, 24/09, p. 4).

progreso e o bem-estar ao povo chileno⁴⁷⁰. Também era falsa a intenção da “direita” de assumir o “monopólio da democracia”. No programa da Unidade Popular constavam todas as garantias aos direitos democráticos e às liberdades individuais, sociais e de imprensa, assim como à inviolabilidade dos domicílios e aos direitos de sindicalização. O que o “povo” iria sepultar neste processo irreversível de mudanças era a “liberdade” e a “democracia” limitada aos “intereses del imperialismo, los monopolios internos y los latifundios” (ES, 21/09/1970, p.4). Segundo o jornal, o governo da Unidade Popular iria implantar “una verdadera democracia, una auténtica justicia social y las bases para un poderosa desarrollo económico del país” (ES, 10/09/1970, p.4)⁴⁷¹.

As acusações de que o Chile se submeteria a modelos estrangeiros eram ainda mais equivocadas. Seu povo estava preparado para integrar-se na grande corrente popular e revolucionária do mundo contemporâneo. Contudo, “Chile enfrenta a la prometedora realidad de una revolución socialista construida de acuerdo con la mentalidad, las tradiciones, los gustos y costumbres de nuestro pueblo”⁴⁷². Realizada em democracia, esta revolução respeitaria os direitos

⁴⁷⁰ “La Unidad Popular es, también, un movimiento que aspira a gobernar con el pueblo, en el cual existen diversas tendencias ideológicas, cuyos cauces pueden y deben complementarse democráticamente... Trabajaremos en el, de conjunto, tres grandes corrientes ideológicas: los marxistas, los cristianos y los laicos de formación masónica. Cada uno de estas corrientes tiene vocación democrática.” (ES, 17/09/1970, p. 4).

⁴⁷¹ “Obedeciendo ese mandato recogido en las urnas, el movimiento popular chileno se agrandará, se hará más poderoso y reemplazará a esta falsa democracia en que hemos vivido por otra, real y creadora, en la cual el pueblo dirá las palabras definitivas... Una democracia sin hambre para la mayoría... Una democracia sin hartazgos para un grupo de oligarcas inescrupulosos... Una democracia limpia de los mercaderos de la política... Una democracia que entregue al niño la letra y la leche. Que entregue al adulto el trabajo, tranquilidad, paz económica y libertad. Que entregue a las mujeres la plenitud de sus derechos. Que transforme a nuestro país y que lo lance por los anchos caminos del progreso” (ES, 24/09/1970, p. 4). *El Mercurio* interpretou este discurso como uma tentativa comunista de desvincular-se de uma imagem totalitária. Entretanto, a “democracia” a que os comunistas se referiam tinha outros significados. “El Jefe de la Comisión Política del Partido Comunista ha rechazado públicamente lo que él llama de “monopolio de las democracia”, porque considera que los partidos de la UP la resguardan por lo menos con tanta efectividad como la Democracia Cristiana. Al expresar este concepto él se asila en lo que el comunismo llama “democracia popular”, que es un régimen con que nominalmente se encubre la dictadura totalitaria vigente en Rusia y en los países satélites... Lo único que no pueden esperar es que el Gobierno de don Salvador Allende preserve efectivamente los valores esenciales concernientes a la democracia libre” (EM, 18/09/1970, p. 4).

⁴⁷² A posteriormente nominada *vía chilena al socialismo* havia sido concebida por Salvador Allende ao longo dos anos sessenta como um processo revolucionário dirigido por um governo popular que se estabelecería com a sua eleição presidencial. Sustentado por uma base plural de partidos e organizações sociais, o modelo propunha um processo de transição do capitalismo dependente para o socialismo, com a substituição do poder da oligarquia pelo povo e a retirada da hegemonia burguesa por sobre a classe trabalhadora a partir de meios pacíficos, dentro dos marcos do Estado de Direito e oferecendo garantias às práticas democráticas e às liberdades cidadãs. O caráter peculiar deste modelo convencera Allende e seus apoiadores de que nenhuma das

individuais de cada um, “derechos que sólo se perderán cuando se hayan transgredido las leyes o se haya incurrido en actos de traición” (ES, 14/09/1970, p. 4). A proposta de Alessandri, “un politiquero sin palabra”, se resumia a um ato imoral de sedição. A “reação” tentava se apresentar como uma alternativa democrática, mas preparava um complô antidemocrático e subversivo para roubar do povo sua legítima vitória⁴⁷³. Frente aos riscos à ordem e à estabilidade do país, o povo deveria se postar como um muro intransponível àqueles que não respeitassam seu veredicto soberano⁴⁷⁴.

No campo político-partidário, as tentativas das bases alessandristas de cooptar o apoio da democracia cristã para a eleição no Congresso Pleno não se mostraram frutíferas. Desde o primeiro momento, diversos setores do PDC reconheceram a vitória de Allende. Muitos democratas cristãos entendiam que ele governaria dentro das leis vigentes, respeitando os organismos institucionais e o

revoluções socialistas ocorridas ao longo do século XX – como os modelos soviético, cubano, iugoslavo e chinês - poderiam lhe servir de guia. Alfredo Riquelme. El alcance global de la vía chilena al socialismo de Salvador Allende. In: AA. VV. Salvador Allende. Fragmentos para una historia. Santiago: Fundación Salvador Allende, 2008, p. 118-119.

⁴⁷³ “El Partido Nacional y su candidato, Jorge Alessandri, han proclamado insistentemente su teórico aprecio por la estabilidad institucional de la República. Pero ahora ellos lanzan al tapete de la política nacional una carta que esta destinada, precisamente, a poner en peligro esa estabilidad... Incluso, delegados de Alessandri y de los “nacionales”, según noticias que no han sido desmentidas, han salido del país rumbo a Argentina y Brasil, para solicitar del gorilaje, que pisotea a los pueblos de ambas naciones, una intervención armada contra Chile, como una manera de intentar un aplastamiento del triunfo del pueblo” (ES, 11/09/1970, p. 4).

⁴⁷⁴ Como forma de demonstrar o apoio popular ao presidente eleito, a Unidade Popular convocou uma grande concentração para as ruas de Santiago, assim anunciada em primeira página por *El Siglo*. “La victoria es inamovible. La UP advierte a momios gangsters. El Pueblo se reúne el domingo” (ES, 12/09/1970, p.1); A presença de milhares de pessoas no encontro, demonstrada também em reportagem de primeira página com inúmeras fotografias, reafirmava o triunfo do presidente eleito. “El pueblo aclamó a su Presidente” (ES, 14/09/1970, p. 1). Segundo *El Siglo*, a “campanha do terror” da direita não se limitava à tentativa de criar um clima de instabilidade política, estimulando também o pânico econômico e financeiro. Seu intuito era criar um clima de incerteza que paralisasse a economia e encurralasse o futuro governo. Sob a alegação de que Unidade Popular suspenderia as atividades bancárias, a “oligarquia financeira” fez grandes retiradas dos bancos e fundos de pensão, tentando difundir a desconfiança entre os pequenos e médios investidores. A sabotagem também afetava a indústria e o comércio com a limitação forçada da produção e a retirada de mercadorias. As notícias sobre o suposto ambiente de instabilidade econômica pós-eleitoral encontraram grande repercussão na imprensa partidária da candidatura de Alessandri, em especial nos diversos titulares de primeira página e reportagens de *El Diario Ilustrado* e também de *El Mercurio*. Contudo, o quadro da economia não era tão desesperador quanto se tentava desenhar. Desde os primeiros momentos após a divulgação dos resultados, *La Nación* insistiu que o governo faria de tudo para manter a estabilidade econômica. Depois de tudo que fizera pelo desenvolvimento do país e pelo incremento da produção, “no podría, por lo tanto, este Gobierno tolerar que ahora, por temores cuyo fundamento no es preciso, se paralizaran empresas que trabajan normalmente entre nosotros... se adoptaran todas las providencias que sean conducentes a impedir que, por una maniobra artificial, se provoquen paralizaciones” (LN, 13/09/1970, p. 3, cuerpo 2).

regime de juridicidade chileno⁴⁷⁵. Ainda assim, a decisão de não aceitar participar do “engenhoso” plano do alessandrismo é alvo de muita controvérsia. É verdade que, naquele momento, estes dois grupos estavam muito distantes ideológica e doutrinariamente e que o projeto de mudanças estruturais proposto pela Democracia Cristã, em especial por sua ala mais à esquerda, se aproximava mais do modelo proposto pela UP de que da “direita”. Contudo, a possibilidade de continuar no governo também poderia ser tentadora⁴⁷⁶. Independentemente da polêmica em torno das razões que poderiam levar a DC a se aproximar de um ou outro lado, é fato que, após a primeira conferência de imprensa do presidente eleito, *La Nación* publicou:

La primera idea importante formulada por el senador Allende es que su programa incluye la prolongación y aún un fortalecimiento de la democracia política... Nada hay, en suma, en el planteamiento del senador Allende que pueda afectar los intereses de la inmensa mayoría de los chilenos y que pueda menoscabar el prestigio de Chile en el concierto internacional (LN, 08/09/1970, p. 3).

Contudo, por intermédio de uma declaração oficial do presidente do partido, senador Benjamin Prado, o PDC suspendeu sua decisão com relação à posição do partido na eleição do Congresso Pleno até obter do senador Allende garantias eficazes de que seu governo respeitaria o regime democrático e liberdades básicas.

Nosotros no estamos planteado este cuadro para suponer en el señor Allende, una actitud totalitaria o antidemocrática... pero por encima de las personas tenemos el deber de fijar nuestras actitudes, considerando las condiciones de otros pueblos que viven bajo el dictado de gobernantes socialistas... El programa de la UP y reiteradas afirmaciones públicas del Senador Allende contradicen esa experiencia histórica al ofrecer para Chile el desarrollo de un proceso de cambio revolucionario, pero democrático... Si va a ser así... debe estar dispuesto a dar garantías (Apud. LN, 11/09/1970, p.1).

⁴⁷⁵ “Allende sabe bien que su mayor fuerza, en este momento, es el título constitucional en que descansa, es suficientemente inteligente y suficientemente experimentado en su vida pública, como para no perder tan importante y calificado instrumento en la tradición chilena... Chile, pues seguirá siendo lo que es: un país democrático en que se respeta la voluntad popular y en que los odios y malquerencias llegan sólo hasta los umbrales de la Moneda. Más adentro, Chile sabe que reside su voluntad soberana en el hombre que designaron las urnas”. Ricardo Boizard. In: LN, 06/09/1970, p.3.

⁴⁷⁶ Cristián Gazmuri defende que a decisão democrata cristã de apoiar Allende se alinhava a uma tradição cívica e ao respeito à vontade popular. Op. cit., p. 106. Já Alberto Aggio argumenta que a decisão seguiu princípios estratégicos. Ao negar o acordo, além de reafirmar sua condição autônoma e evitar fissuras internas, a DC evitava a formação de um governo limitado pela Direita e afastava o risco de uma convulsão social e política. Op. Cit., p. 111.

Assumindo a responsabilidade de velar pelos “valores fundamentales de la democracia en Chile”, a democracia cristã indicou os pontos sobre os quais o senador Allende deveria se pronunciar de forma mais clara:

Nos interesan fundamentalmente, la subsistencia de la Democracia y el respeto a sus valores esenciales. Nos interesa que las libertades individuales mantengan una vigencia efectiva. Nos interesas el respeto real a la autonomía de las universidades y de los institutos armados de país. Nos interesa un proceso electoral libre de tutelas y de orientaciones políticas oficiales. Nos interesa una real libertad de expresión en los medios de comunicación. Nos interesan los sindicatos y las organizaciones populares libres. Nos interesa el respeto a los partidos políticos, como expresión de las corrientes de pensamiento en que se agrupa la ciudadanía. Nos interesa, en suma, la subsistencia en Chile de una sociedad pluralista en lo político, en lo social y en lo cultural (Idem).

Para *La Nación*, a atitude não foi uma estratégia de transação política. O partido não pedira garantias para sua agremiação, mas sim para o país. Ao fazê-lo, defendia os interesses nacionais e interpretava os sentimento de milhares de chilenos, pois “si bien es un hecho que la derecha es minoría en el país y que casi setenta por ciento del electorado se pronunció por cambios estructurales, también es cierto que hay mayoría nacional para la subsistencia del régimen democrático” (La semana política. In: LN, 13/09/1970, p. 3 cuerpo 2). Embora *El Diario Ilustrado* ainda interpretasse a ação da democracia cristã sob a lógica do dilema entre democracia e marxismo⁴⁷⁷, a posição do partido majoritário na Câmara fez com que os debates se centrassem definitivamente na questão da legalidade. A partir de então, as discussões sobre o caráter efetivamente democrático ou não do programa da Unidade Popular e de Salvador Allende, ou mesmo sobre o efetivo apoio popular a um determinado projeto se deslocam para o estabelecimento de garantias de que o discurso se manteria na prática. Gravitava na DC a ideia de que havia um consenso entre os chilenos sobre a continuidade do regime democrático, comprovado inclusive pelos distintos programas de governo. A questão era se estes programas seriam cumpridos tal como se propusera. ““no solo los dos tercios del electorado – como afirma la prensa de derecha – sino la totalidad de los electores se pronunciaron el 4 de septiembre por la mantención de un régimen

⁴⁷⁷ “El dilema, como lo fue durante toda la campaña electoral, se hace presente entre Democracia y marxismo. El marxismo es la negación de la democracia y por consiguiente el senador Prado, en su discurso último, ha dejado establecido que para que los legisladores demócratacristianos votaren por el senador Allende... se hace necesario considerar un conjunto de garantías que son fundamentales para la supervivencia del régimen Democrático Representativo y para la seguridad de todos los derechos Humanos básicos que tiene cada ciudadano chileno” (DI, 14/09/1970, p. 3).

democrático, desde el momento en que los tres programas presidenciales lo contemplaba” (LN, 27/09/1970, p.3). Para *El Mercurio*, o debate se resumia em proteger o regime frente à enganosa retórica marxista⁴⁷⁸. Os debates entre o PDC e a UP atravessaram todo este período de “espera” entre a eleição popular e a ratificação pelo Congresso Pleno. Neles a noção de democracia passou a ser associada cada vez mais à ideia de legalidade. Ser democrático cada vez mais foi interpretado como respeito às normas constitucionais que definiam os interesses nacionais.

Em um primeiro momento, o comando de campanha da UP alegou que seu programa era garantia suficiente para manutenção da democracia, argumento rechaçado pela democracia cristã, em virtude do mesmo se tratar “de una enumeración de puntos genéricos, que deberán ser concretados en proyectos de ley específicos” (La semana política, LN, 20/09/1970, p. 3 cuerpo 2). O partido publicou uma declaração oficial, apelidada “Documento-Garantía”, na qual fundamentava suas inquietudes na admiração de alguns partidos que apoiavam a Unidade Popular por experiências históricas em que não se reconheceram “la necesidad de hacer compatibles los cambios sociales y la democracia”⁴⁷⁹. Assim, esperava-se uma resposta formal de Salvador Allende, assegurando que o futuro governo garantisse os “valores fundamentales que han sido conquistados por el pueblo chileno tras grandes y memorables luchas” (LN, 25/09/1970, p. 3), que deveria ser analisada pelo partido como um todo em uma decisão conjunta.

Salvador Allende enviou uma primeira carta pública à democracia cristã ressaltando seu histórico de participação parlamentar em defesa da convivência democrática e da liberdade individual a existência desta mesma garantia no programa do “gobierno popular” e o “aval democrático” concedido pelo povo à sua candidatura⁴⁸⁰. Em resposta oficial, o Conselho Nacional do PDC afirmou que

⁴⁷⁸ “Como es natural, la clave de las negociaciones entre la democracia Cristian y la Unidad Popular no está en lo que digan las declaraciones sino en la eficiencia de los mecanismos jurídicos que se convengan para hacer frente a las posibles amenazas a la libertad y a la convivencia democrática... Sin esas garantías reales y efectivas, inútil sería dejar establecidos compromisos acerca de la mantención del pluralismo político y de las garantías constitucionales... los demócratacristianos piden algo que en cualquier otro momento ni se habría imaginado. Solicitan sencillamente que la UP respete la democracia y el orden institucional” (EM, 25/09/1970, p.3).

⁴⁷⁹ Para Tomás Moulian, o teor das diversas petições apresentadas pela democracia cristã demonstra que muitos de seus partidários supunham ou simulavam acreditar que a Unidade Popular efetivamente pretendia instalar algum tipo de ditadura. 2006, op. Cit., p. 238.

⁴⁸⁰ “Concuerdo con ustedes... en la necesidad de garantizar la plena subsistencia de un régimen de convivencia democrática y de libertades públicas... El país entero conoce la posición que

o apreço do senador Allende pelo pluralismo democrático, pelo Estado de Direito e pelas liberdades públicas eram louváveis. Entretanto, “la DC considera indispensable que esos criterios se traduzcan en un Estatuto Jurídico de garantías democráticas que tengan consagración constitucional, mediante un Proyecto elaborado de común acuerdo, que se estudie, presente y apruebe por el Parlamento o en el plazo más breve posible” (Apud. LN, 01/10/1970, pp). A nota, que claramente consolidava o direcionamento dos debates para o campo da legalidade constitucional, recebeu a seguinte resposta da UP:

El comando de la Unidad Popular con la participación y el acuerdo de Salvador Allende, expresa su conformidad para constituir un Comisión Conjunta que en el plazo más breve estudie un Estatuto Constitucional para las ideas y proposiciones concordantes contenidas en los documentos intercambiados entre el Partido Demócrata Cristiano y Salvador Allende y para que este Estatuto se tramite en el Congreso con el respaldo de ambas fuerzas. Tal determinación corresponde a nuestras permanentes concepciones y propósitos de velar por los principios democráticos más amplios así como los de cumplir a cabalidad con el programa planteado al pueblo. Comando Nacional de la Unidad Popular. Santiago 2/10/1970. Apud. LN, 03/10/1970, pp.

Após a submissão da proposta em um encontro nacional, a Junta Nacional do PDC aprovou o acordo. Em 2 dias a Comissão Conjunta apresentou um texto de reforma constitucional, aprovado em primeiro trâmite na Câmara no dia 15 de outubro e no Senado no dia 22, consolidando, assim, as condições para a ratificação do nome de Salvador Allende na votação do Congresso Pleno⁴⁸¹.

invariablemente he mantenido en defensa de los principios democráticos... considero que el definitivo y básico aval democrático en Chile ha sido y es el pueblo, expresado en sus trabajadores, sus estudiantes, sus soldados, sus maestros, sus profesionales, los que viven de su propio esfuerzo, hombres, mujeres y jóvenes, que han luchado por generaciones y siguen luchando por mantener y consolidar nuestras libertades... La sola presencia del pueblo en un gobierno es garantía de paz y de progreso, de hondo respecto por nuestras instituciones fundamentales” (Salvador Allende. In: ES, 02/10/1970, p. 4). A resposta de Allende, interpretada por *El Siglo* como uma porta ao diálogo em busca de uma democracia mais efetiva no Chile, recebeu a censura de *El Mercurio*. Tal como *El Diario Ilustrado*, o jornal insistiu que as prerrogativas pessoais de Allende nada garantiam, pois seu papel seria limitado por um comitê político. Da mesma forma, a afirmação de que o povo avalizara o viés democrático de sua candidatura não se conciliava com os fatos políticos, pois “los dos millones... que no se pronunciaron por el programa de la UP forman parte del pueblo chileno... em caso alguno puede interpretarse como adhesión tácita a una mayoría relativa” (EM, 01/10/1970, p. 3). Quanto ao programa da Unidade Popular, “es evidente que los programas contienen todos los enunciados para atraer a la ciudadanía... pero más allá de ellos esta la filiación de los partidos marxistas, su doctrina y practica aplicados en todo el mundo... Esos antecedentes que no se mencionaron en la nota de la DC” (EM, 02/10/1970, p. 3).

⁴⁸¹ Após a decisão, a Junta Nacional do PDC determinou a presença de seus parlamentares no Congresso Pleno e o voto em Allende. (LN, 23/10/1970, p.1). Em meio às votações do texto que selaram o destino das eleições no Congresso Pleno, Jorge Alessandri pediu que seus correligionários não votassem mais por ele, em nome do retorno rápido à normalidade econômica e à tranquilidade (EM, 20/10/1970, p. 3).

Para os defensores do texto, que reforçava algumas considerações já presentes no texto constitucional, a nova lei fortaleceu o regime democrático, uma vez que estabeleceu um marco constitucional mais preciso, incorporando princípios próprios a uma sociedade de massas⁴⁸². Entre seus pontos, ganharam destaque a liberdade de pensamento, o direito pessoal ou partidário de manter meios de comunicação, a autonomia universitária e a possibilidade de ensino privado. Além disto, se garantia constitucionalmente o caráter profissional das Forças Armadas e se reconhecia como pessoas jurídicas as organizações populares, um antigo pleito da democracia cristã, que tentou capitalizar ainda um conjunto de medidas que ampliariam os direitos do trabalho como a regulamentação do direito de greve e de livre sindicalização.

Consolidadas as reformas, estas passaram a ser interpretadas pelas forças ligadas à DC não somente como uma garantia de que a legalidade democrática seria cumprida, mas como uma decisão conjunta em favor da vontade das massas (LN, 20/09/1970, p. 3). Com o eclipse definitivo do “alessandrismo”, somente permaneciam na cena política as forças que incorporavam a participação popular. Além de isolar politicamente a direita, a estratégia valorizava o papel das massas e seu perfil democrático. A própria legalidade seria garantida pela interpretação da vontade popular.

Ninguna democracia se instaura por decreto. Nuestro actual régimen es el resultado de largas y atormentadas décadas de conquistas sociales... Presentadas por la prensa y por los autores de la derecha como una hidra irresponsable y ávida, las masas trabajadoras están demostrando una vez más que al continuar su ascenso, lejos de enturbiar el régimen democrático, lo refuerzan... Lo que se está auspiciando ahora, sin duda, es una democracia de trabajadores y solamente el despecho de minorías derrotadas puede lamentar la nueva armonía que domina el actual cuadro político chileno (La semana política, LN, 11/10/1970, p.3)

A despeito da aprovação majoritária das reformas constitucionais que garantiriam a ratificação de Allende⁴⁸³, os debates se deram em meio a um

⁴⁸² De acordo com Alfredo Riquelme, a reforma constitucional converteu a institucionalidade jurídico-política chilena em uma das mais avançadas do mundo desde o ponto de vista democrático. Entretanto, fazia do respeito à Constituição e à legalidade um requisito fundamental para o êxito do projeto revolucionário proposto pela UP. Una Republica entre dos centenarios. In: Ricardo Lagos Escobar. *Cien años de luces y sombras*. Santiago: Fundación democracia y desarrollo/Aguilar Chilena, 2010, p. 125.

⁴⁸³ O texto foi aprovado na Câmara por 94 votos a favor, contra 16 abstenções (LN, 16/10/70, p.1). Já no Senado, foram 41 a favor, contra apenas três abstenções (LN, 22/10/1970, p.1). Presente na votação da Câmara Alta, o senador Salvador Allende declarou: “con mi presencia en esta votación señalo la decisión popular de hacer más amplia y profunda la democracia” (LN, 23/10/1970, p.1).

ambiente de agitação. A defesa das reformas como uma garantia de que as mudanças estruturais ocorreriam dentro dos marcos democráticos, tal como desejava a maioria do país (LN, 17/10/1970, p. 3), não impediu as críticas da imprensa que apoiara Alessandri. As reformas asseguravam garantias formais às liberdades constitucionais e esclareciam algumas dúvidas com relação aos programas de governo de ambos os conglomerados políticos. Contudo, não eram suficientes para “asegurar la estabilidad del régimen democrático, ya que una norma puede reemplazarse por otra y una Constitución política ceder paso a una diferente” (EM, 20/10/1970, p. 3). Ainda havia a possibilidade de instalação de uma ditadura com aparência legal.

No hay sospechas siquiera de una dictadura personalista, pero si las hay del posible control de comités u otras entidades que por vías constitucionales o simplemente de hecho debiliten la autoridad del Poder Ejecutivo, transformen el carácter y atribuciones del Poder Legislativo o coarten la independencia o inamovilidad de los miembros del Poder Judicial (EM, 15/10/1970, p. 3)

Para evitar este cenário, a combinação eleita deveria considerar que governar por vias legais também era respeitar a divisão de Poderes, o que significava uma divisão de tarefas e clareza administrativa. As dúvidas de *El Mercurio* eram certezas para os setores radicalmente anticomunistas. A UP invariavelmente conduziria o país a uma ditadura comunista. Para impedir esta “catástrofe”, determinados grupos optaram por caminhos violentos. Durante todo o período que separou as eleições populares da votação no Congresso Pleno, em especial após a confirmação do acordo entre a UP e a DC, o Chile foi palco de uma série de atentados “terroristas”. Em sua análise dos episódios, *El Siglo* afirmou que se tratava de uma reação de antigos “caciques aldeanos” da ultradireita chilena que sempre tiveram assegurados seus “trunfos “democráticos” mediante el palo y el revolver”. Como não puderam ganhar com votos, se associavam a agentes de espionagem norte-americanos para impor sua vontade pelo terror⁴⁸⁴.

⁴⁸⁴ A efetiva participação de agentes infiltrados norte-americanos no treinamento e preparação destes atos tem sido confirmada pela historiografia, por sucessivas desclassificações de documentos secretos dos EUA e também por não poucos testemunhos de seus protagonistas. Alfredo Riquelme destaca que o próprio presidente Nixon, com o apoio de seu assessor para segurança nacional, Henry Kissinger, definiram, logo após a eleição de Salvador Allende, que o senador socialista não poderia assumir o governo de forma alguma. Além do apoio logístico a grupos armados de extrema direita, as operações de inteligência incluíam pressões econômicas e tecnológicas, e respaldo financeiro encoberto a meios de comunicação e grêmios. Op. cit., 2008, p.

Son los fascistas que dirigen el movimiento “Patria y Libertad” los que han cometido todos los últimos atentados terroristas, como una manera de empujar el país a una situación caótica que permita a los sectores más reaccionarios alcanzar el poder para instaurar una dictadura que arrase con los derechos de los trabajadores y de los ciudadanos en general (ES, 29/09/1970, p. 4)⁴⁸⁵.

Para *El Siglo*, estes atos, protegidos por toda uma rede de cúmplices, se constituíam em uma traição ao país, uma vez que buscavam arrebatado do povo sua legítima vitória⁴⁸⁶. Através de inúmeros ataques a bomba, que atingiam alvos estratégicos como bancos, bolsas de comércio, pontes e mesmo o aeroporto de Pudahuel, seus objetivos eram criar uma imagem distorcida de caos e violência generalizada que pudessem justificar no exterior um Golpe de Estado ou mesmo um ataque estrangeiro (ES, 05/10/1970, p. 4).

121. Para uma análise detalhada ver Tanya Harmer. *Allende's Chile & the inter-american cold war*. Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 2011. Nas páginas de *El Siglo* as tentativas de associar a ação terrorista à influência de agentes da CIA foram frequentes. “Es evidente que detrás de los terroristas hay un grupo de “profesores de terrorismo”. Se advierte la mano de la CIA, que actúa impunemente en Chile.” (ES, 05/10/1970, p. 4). Este ponto foi reforçado em inúmeras manchetes de capa. “Secretario de Julio Duran dirige bandas terroristas. Lo asesora el agente de la CIA, Joseph Vasile” (ES, 28/09/1970, p.1); “Se impone una investigación a fondo de los dinamiteros y de sospechas vinculaciones con la CIA” (ES, 06/10/1970, p.1); “Presidente del PDC señala posibles culpables extranjeros en el terrorismo y pide mano firme” (ES, 07/10/1970, p.1); “Agentes de la CIA y gusanos cubanos dirigen la sedición. Denunció Salvador Allende en Caupolicán” (ES, 12/10/1970, p.1); “Terroristas delatan a “asesores extranjeros”” (ES, 15/10/1970, p.1). De fato, as acusações de *El Siglo* ganharam maior repercussão após a publicação de reportagens nos jornais norte-americanos *New York Times* e *Washington Post*, nas quais se cogitava a possibilidade de um golpe de Estado para “salvar” a democracia chilena. A reportagem teria motivado o sonho de invasão presente na direita chilena. Para tentar minimizar o impacto das matérias, *El Siglo* chegou a publicar em primeira página: “Gorilismo de “N. Y. Times” no refleja pensamiento yanqui. Embajador chileno aclara” (ES, 22/09/1970). As reportagens receberam o repúdio de *La Nación*, que as classificou como indevida interferência estrangeira. “Hay quienes han caído en la tentación de dar consejos desde fuera. Normalmente lo han hecho en forma torpe y atropellando el sagrado derecho soberano de los Chilenos a decidir su destino en la forma que les parezca mejor a ellos” (LN, 26/09/1970, p.3).

⁴⁸⁵ O *Movimiento Cívico Independiente Patria y Libertad*, acusado por *El Siglo* de mentor dos atentados, fora fundado logo após as eleições no dia 13 de setembro. Seu objetivo era criar uma corrente suprapartidária para pressionar o Congresso a votar contra a eleição de Salvador Allende. Exaltado em sua fundação por *El Diario Ilustrado*, o movimento se propunha a atuar dentro dos meios legais. Contudo, o tom desafiador das declarações de seu líder, o advogado Pablo Rodríguez, parecia preparar o caminho para uma empreitada extralegal que cooptasse as Forças Armadas. “En consecuencia, las llamadas garantías democráticas no pasan de ser un mero proyecto de ley sin valor jurídico ninguno: cuya reglamentación, de realizarse algún día, puede desvirtuar su sentido e intención; cuya aplicación, en el mejor de los casos será entregada a tribunales ideológicamente comprometidos y militantes; en un Estado en que las fuerzas Armadas serán dirigidas y promovidas por un marxista consecuente y obstinado. Apud (ES, 15/10/1970, p. 4). “El Pueblo debe decidir entre la democracia y el marxismo. Constituido Movimiento “Patria y Libertad” por no menos de 200 abogados” (DI, 11/09/1970, p.1).

⁴⁸⁶ O *Jornal* acusava determinados líderes políticos da “direita” de acobertarem a ação criminosa. Chamadas de auto-atentados, as ações contra residências de líderes do Partido Nacional tinham apenas a função de encobrir suspeitas (ES, 05/10/1970, p. 4).

A despeito das acusações de *El Siglo*, os atos foram repudiados por toda a imprensa. Em seus editoriais, *La Nación* condenou a “violência inaceitável” dos “grupos de extrema direita”, classificando-a como um atentado à legalidade e às liberdades cidadãs que não contava com o apoio popular. Em uma democracia, as lutas para corrigir os erros cometidos tanto pelas decisões massivas quanto pela autoridade devem se ater às normas legais. Este também deveria ser o comportamento do governo no enfrentamento a um terrorismo fundamentado em uma inexpressiva minoria (LN, 04/10/1970, p. 3). O combate à violência “sea de izquierda o de derecha”, se faria dentro dos rigores e formas da lei (LN, 06/10/1970, p. 3).

Ao mencionar a violência de esquerda, o jornal indiretamente recupera o combate às “ações diretas” revolucionárias promovidas pela “ultraizquierda”, em especial pelo *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), ocorridas ao longo dos anos de 1969 e 1970⁴⁸⁷. Denominadas de “expropiaciones”, as ações diretas, promovidas pelo MIR ou por outra das diversas organizações “revolucionárias” menores que surgiram neste período, na maioria das vezes se resumiam a assaltos a bancos e mercados com o objetivo de arrecadar recursos para fazer a revolução. Classificadas pelo Partido Comunista como danosas ao desenvolvimento do movimento operário, visto que permitiam às forças da reação a possibilidade de legitimação do uso da violência contra as forças populares, as ações foram utilizadas pela imprensa contrária à candidatura de Salvador Allende e à UP como exemplos dos “reais interesses” do marxismo⁴⁸⁸. Para *El Mercurio*, o alarmante crescimento do terrorismo de “ultraizquierda”, verificado naqueles anos, somente se detivera “algo antes del 4 de septiembre, pues los dirigentes de la UP se preocuparon de que esas acciones antisociales no vinieran a empañar la presentación democrática que siempre han querido darle a dicha combinación”

⁴⁸⁷ Fundado em 1965 em meio às decepções com a derrota eleitoral de Allende, o MIR se propunha a resgatar a esquerda de suas ilusões eleitorais e institucionais, proclamando a luta armada como único caminho imaginável ao socialismo. Alfredo Riqueleme Segovia. 2013, Op. Cit., p 154, nota 5. A “demonstração” cubana da capacidade do “foco guerrilheiro” de organizar sua própria vanguarda e a possibilidade de se transformar a sociedade apenas a partir destas condições alimentou as esperanças deste grupo que se mostrava reduzido em suas ações práticas. Marcelo Casals, 2010, Op. Cit., 71-72. Contudo, como vimos, ao menos em teoria, a defesa da ação revolucionária direta como único caminho ao socialismo esteve no centro dos debates da esquerda ao longo da segunda metade dos anos 60, especialmente no seio do Partido Socialista, gerando o embate entre as correntes intituladas pelo autor de *rupturistas* e *sistêmicas*.

⁴⁸⁸ Marcelo Casals, 2010, Op. Cit., p. 222.

(EM, 29/09/2970, p.3). Ainda assim, eventuais ou possíveis ações antissociais de grupos miristas receberam ampla cobertura de *El Mercurio*⁴⁸⁹.

Em meio às notícias de atentados, uma manifestação de um grupo de estudantes miristas e “pobladores” que ocupou o monumento ao general Baquedano, Comandante em chefe do exército chileno durante a Guerra do Pacífico em 1879, recebeu grande destaque⁴⁹⁰. No dia seguinte, uma nova marcha ocupou a Casa Central da Universidade do Chile e negou-se a abandoná-la, gerando um impasse com a polícia⁴⁹¹. Os atos receberam imediata condenação do comando da Unidade Popular, que se eximiu de qualquer ligação com o MIR ou com a “Frente Nacional de Pobladores”. O combate ao terrorismo de esquerda e de direita era uma exigência do povo (ES/13/10/1970, p.1), ressaltando-se ainda que os episódios eram fruto de “falsos líderes revolucionários” que se constituíam em agentes provocadores a serviço da direita para espalhar a dúvida, o medo e provocar as Forças Armadas (ES, 10/10/1970, p,1)⁴⁹².

Aos poucos, as ações criminosas começaram a ser desbaratadas, com seus agentes sendo capturados pela polícia. A inegável influência de grupos de “ultradireita” sobre os atos terroristas se descortinou de vez quando um ex-major

⁴⁸⁹ Poucos dias após o pleito, uma reportagem de primeira página, com muitas fotografias de bombas e coquetéis *molotovs*, anunciou: “Descubierta fábrica del MIR. Espectacular tiroteo en La Florida” (EM, 12/09/1970, p.1). A primeira página de *El Diario Ilustrado* seguiu na mesma direção. “Trescientas bombas, armas y fábrica de explosivos. Descubierta outro arsenal mirista”. Ao analisar o novo impulso “delictual” que se verificava no país, *El Mercurio* “recordou” que muitos dos setores políticos que então repudiavam os atentados e exigiam sanções imediatas das autoridades, em outros momentos, não se mostraram apreensivos com a violência e até mesmo a justificavam (EM, 13/10/1970, p. 3). Contudo, ao afirmar que “quienes creyeron que la violencia terrorista sólo encontraría eco entre los partidarios de ideologías de extrema izquierda constatan ahora que ese repudiable criterio también es privativo de algunos jóvenes de filiación partidista totalmente contraria” (EM, 13/10/1970, p. 3), *El Mercurio* reforçou a ideia de que a violência se encontrava nos dois extremos políticos. “Ni el terrorismo de izquierda ni el terrorismo de derecha pueden tener cabida en la democracia chilena” (EM, 29/09/2970, p.3).

⁴⁹⁰ Uma foto com os estudantes sobre o monumento, portando bandeiras do MIR, e uma foto de Che Guevara, em alusão a seu aniversário de morte, dividiu o espaço da primeira página de *El Mercurio*, com uma reportagem sobre a prisão de cinco terroristas (EM, 09/10/1970, p 3). A irreverência dos jovens foi duramente condenada como uma tentativa de se sustentar posições de política imediata por sobre valores “consagrados de nuestra nacionalidad”.

⁴⁹¹ Frente a estes acontecimentos, o ministro do Interior deu duras declarações e o governo publicou nota oficial identificando que “hay organismos que están provocando un verdadero desafío con su acción revolucionaria realizando actos públicos con uniformes... cometiendo toda clase de atropellos... [la acción enérgica del Gobierno obedecía] al clamor público de detener los actos de violencia y terrorismo, vengan donde vengan” (Apud, LN, 11/10/1970, p. 3).

⁴⁹² A tomada do monumento ao general Baquedano foi acompanhada de um pisoteio ao túmulo do soldado desconhecido chileno abrigado no mesmo local. A ação foi alvo de um protesto formal das Forças Armadas, que publicou nota assinada pelo Comandante em Chefe das Forças Armadas, general René Schneider, em que se lia “la historia y la tradición que conforman el alma de una nación no tiene banderas ni siguen orientaciones ideológicas”. (Apud, LN, 10/10/1970, p.1).

do exército chileno foi preso em ação da polícia e acusado de sedição. Sem precisar qual seria a ação do major Arturo Marshall, então mantido incomunicável, o diretor de investigações afirmou que sua prisão salvara o país de graves danos (Apud, LN, 20/10/1970, p.1). Para *El Siglo*, o ex-major tinha a missão de atentar contra a vida de Salvador Allende⁴⁹³.

No dia 22 de outubro, dois dias antes das eleições do Congreso Pleno, quando a situação já parecia controlada e a ratificação de Allende era dada como certa, ainda ocorreria um violento atentado contra a vida do Comandante em Chefe del Ejército, general René Schneider⁴⁹⁴. A ação foi a última e desesperada tentativa de se impedir a chegada de Allende ao poder. Para que o “caos artificial” se convertesse em uma ação efetiva e exitosa em prol de um golpe de Estado, era fundamental obter certo apoio popular e cooptar as Forças Armadas. Contudo, entre os institutos armados, naquele momento se mostrava majoritária uma posição legalista de respeito aos preceitos constitucionais e às decisões do Executivo⁴⁹⁵. Schneider assumira o posto de comandante em chefe, justamente após uma sublevação militar ocorrida 1969, com a função de restabelecer a disciplina e reforçar o perfil profissional e constitucionalista do Exército⁴⁹⁶. A

⁴⁹³ “Todo el plan criminal contra Allende al descubierto. Cara homicida mostró la ultraderecha. Cayó Marshall, ex campeón de tiro: era el hombre designado para disparar sobre el Presidente Electo” (ES, 20/10/1970, p.1). Desde meados de setembro, o próprio Allende já denunciava um plano para atentar contra sua vida, tendo inclusive registrado em cartório uma lista de nomes de pessoas que poderiam vitimá-lo. Na ocasião, os quatro jornais aqui pesquisados atentaram para a gravidade das denúncias, pediram garantias de segurança à justiça e punição para os eventuais articuladores do crime político. Entretanto, *El Diario Ilustrado* comentou que “las organizaciones de violencia y los partidarios de la precipitación de la acción revolucionaria, son extremistas de izquierda que... han afirmado su apoyo total a la candidatura de la UP” (DI, 14/09/1970, p. 3).

⁴⁹⁴ O crime levou o presidente Eduardo Frei a decretar estado de emergência e pedir calma à população. O governo não descansaria até encontrar e castigar os responsáveis por um atentado que deixava “manifiesto el propósito de sus autores de alterar la vida democrática del país... debe ser un propósito nacional, más allá de cualquier posición partidista, eliminar toda posibilidad de que hechos como estos puedan repetirse” (Apud, LN, 23/10/1970, p.1).

⁴⁹⁵ Thomas Moulian, 2006, op. cit., p. 239.

⁴⁹⁶ Promovido em 21 de outubro de 1969 pelo regimento de artilharia “Tacna” da capital, o motim militar comandado pelo general Roberto Viaux alegou ter interesses meramente profissionais, ligados a melhorias de salários e equipamento. Entretanto, o “Tacnazo” teve diversas características de intento golpista e provocou uma enérgica reação do governo. Direcionando várias unidades do exército para contar os sublevados, o Executivo decretou estado de sítio e fechou legislaturas ordinárias. Marcelo Casals, 2010, op. cit., p. 240. A despeito da rápida reação do alto comando militar, o episódio foi um exemplo da existência de um pensamento golpista, ainda que minoritário, no interior das Forças Armadas. Na ocasião, as forças de esquerda e a CUT organizaram uma paralisação nacional com o objetivo de dar respaldo às ações do governo e sufocar um plano que, de acordo com *El Siglo*, tinha como mentores a “direita” e “El Mercurio”. Esta atitude vigilante contribuíra para que o tiro saísse pela culatra. “La CIA y el sector golpista de la Derecha no consiguieron embarcar al Ejército de Chile en su siniestra maniobra contra la patria y el pueblo. Por el contrario, el propio Ejército se autodepuró de los elementos malsanos que prestaron oídos a los requerimientos golpistas” (ES, 21/10/1970, p. 4)

manutenção desta posição até as vésperas das eleições no Congresso Pleno convertera o general em uma barreira contra pronunciamentos militares (EM, 26/10/1970, p. 27), estimulando, assim, o criminoso atentado. Entretanto, a rápida substituição do mando militar e a manutenção de ordem demonstravam que os terroristas não teriam sucesso. O apoio à ação do governo na perseguição dos culpados e o imediato e unânime respaldo do povo chileno mostrava que o país estava irmanado em torno da manutenção de sua tradição de respeito à continuidade democrática (LN, 26/10/1970, p. 3)⁴⁹⁷.

O general não resistiu aos ferimentos, falecendo após três dias em estado grave. Caracterizado como “ejemplo de soldado chileno... profesional distinguido y garantía de acatamiento a la Constitución y a la ley... mártir de la idea constitucionalista (EM, 27/10/1970, p. 3), seu funeral foi acompanhado por uma enorme multidão⁴⁹⁸. A doutrina formulada pelo general não fora mais do que uma valente ratificação “de las mejores tradiciones de nuestras de nuestras Fuerzas Armadas, que consideran como pilar de su honor profesional su absoluta prescindencia de la política contingente” (ES, 26/10/1970, p. 4). Embora os três jornais tenham exaltado o legalismo da Schneider, é importante frisar algumas nuances quanto à interpretação desta ideia e sua associação à noção de democracia. *El Mercurio* analisou a concepção constitucionalista de Schneider enquanto irrestrito acatamento à forma e à letra da lei. Neste sentido, “mientras la democracia se desenvuelve de acuerdo a sus procedimientos constitucionales, las Fuerzas Armadas y Carabineros cumplen su misión de proteger el país contra un posible rebrote de terrorismo” (Semana Política, EM, 25/10/1970, p. 3). A ressalva dá a entender que a atuação das Forças Armadas dependeria dos rumos da democracia chilena mediante o governo da Unidade Popular. Em outro editorial, mais uma vez recordou o papel das Forças Armadas de velar pela tranquilidade interior e exterior da República dentro dos marcos da Constituição (EM, 25/10/1970, p. 3). Por outro lado, *La Nación* reforçou que, ao longo dos anos, o

⁴⁹⁷ Para *El Siglo*, o respaldo “popular” se evidenciou em uma paralisação de atividades por duas horas em repúdio ao atentado (ES, 24/10/1970, p.1). “La clase obrera, las organizaciones sindicales, los partidos políticos populares, las organizaciones estudiantiles, todos los chilenos que de verdad desean el progreso, el bienestar y la tranquilidad de su patria, han reaccionado indignados ante el crimen” (ES, 23/10/70, p.3).

⁴⁹⁸ “El dolor de la patria despidió al general mártir. Impresionante expresión de pesar” (LN, 27/10/1970, p.1); “Schneider murió por defender la Constitución” (LN, 27/10/70, p. 3); “Su sacrificio ha tenido la virtud de unir la nación en momentos difíciles y de vincular más profundamente que nunca al pueblo y a las Fuerzas Armadas” (EM, 27/10/1970, p. 3).

constitucionalismo militar contribuíra para dar forma ao Chile, uma vez que possibilitava que o país seguisse como uma nação em que “el pueblo es realmente soberano para darse el Gobierno que quiera” (LN, 27/10/1970, p. 3), associando, assim, legalismo e vontade democrática do povo chileno. *El Siglo* se referiu ao general como representante da tradição constitucionalista e democrática do exército chileno⁴⁹⁹. As duas expressões por diversas vezes aparecem juntas. No entanto, ambas se vinculavam ao respeito à vontade popular, sentido da democracia. Não por acaso, diferentemente do que fizeram *El Mercurio* e *La Nación*, que destacaram o aspecto constitucionalista, a manchete de *El Siglo* sobre o funeral de Schneider trouxe um trecho de uma frase proferida pelo general Carlos Prats: “heroe de la paz social y mártir de la democracia” (ES, 27/10/1970). O general se tornara alvo primordial do terrorismo de “ultraderecha” porque “había reiterado públicamente la decisión del Ejército de Chile de respetar la voluntad del pueblo” (ES, 23/10/1970, p. 4).

Em meio ao drama do general, o Congreso Pleno ratificou com ampla votação Salvador Allende como presidente do Chile⁵⁰⁰. A comoção em torno do atentado sufocara de vez qualquer tentativa de manobra, legal ou não, para se evitar a eleição de Allende. Contudo, o desenrolar das negociações entre a Unidade Popular e a Democracia Cristã já indicava este desfecho há algum tempo. O momento era de grandes mudanças. Pela primeira vez na história mundial um projeto revolucionário socialista, ou orientado ao socialismo, chegava ao poder por via eleitoral⁵⁰¹. O novo presidente asumia o Palácio de *La Moneda* na companhia de “un pueblo que está dispuesto a sumir la plenitud de sus responsabilidades y derechos para hacer un gobierno que sea el **más democrático** que jamás haya tenido nuestro país” (ES, 25/10/1970, p. 4, grifo meu)⁵⁰².

⁴⁹⁹ “Un país consternado... [pero] no paralizado... alza hoy su voz con una enérgica acusación contra las fuerzas que planificaron el crimen que terminó con la vida del jefe máximo del ejército y con una reiteración de su confianza en el espíritu democrático y constitucionalista del Ejército y de las Fuerzas Armadas de la República en general” (ES, 27/10/1970, p. 4).

⁵⁰⁰ Salvador Allende recebeu 153 votos contra 35 destinados a Jorge Alessandri e 7 brancos. Os votos dados a Alessandri, contrariando seu pedido pessoal, se justificavam pela instrução da direção do Partido Nacional para que seus parlamentares ainda assim o fizessem (EM, 24/10/1970, p. 3)

⁵⁰¹ Alfredo Riquelme, 2010, op. Cit., p. 126.

⁵⁰² O caráter popular do novo governo já se evidenciaria na cerimônia de posse do novo presidente. Nela rompeu-se a rigidez protocolar e a exigência de trajes “severos” e “anacrônicos”. “ahora se trata de que sea el pueblo, con sus actitudes más vitales, con toda riqueza de su espontaneidad, el que celebre su propio triunfo, el que reciba la amistad de todos los pueblos... y el pueblo no tiene

De fato, todo o discurso de oposição entre democracia e marxismo, construído ao longo da campanha presidencial por setores contrários à candidatura de Salvador Allende, não foi capaz de arregimentar apoio eleitoral suficiente para impedir a vitória de um programa de governo que sustentava um projeto revolucionário de mudanças dentro dos limites democráticos e institucionais do país. Entretanto, este mesmo discurso possibilitou a construção de um argumento de “defesa da legalidade” que, ao menos nas altas esferas políticas, foi suficiente para imposição do chamado *Estatuto de Garantias Constitucionais*, visando uma suposta proteção do regime democrático⁵⁰³. Para estes setores, o Congresso Pleno manteve a tradição de se confirmar o resultado das urnas porque a “democracia chilena” alcançou um consenso que repousava em um conceito de liberdade e sentido de direito que estava enraizado na cidadania chilena. Se permanecesse dentro dos canais legais, o presidente não encontraria barreiras para implementação de seu projeto de mudança social. Na cidadania “habrá todo el ánimo necesario para ampliar y perfeccionar nuestra democracia, pero muy pocos chilenos estarían dispuestos a entregar el patrimonio de valores históricos y morales que sirven de cimiento a la república” (EM, 24/10/1970, p.3). Este apelo à legalidade, agora vinculado também a valores históricos e morais, passou a ocupar definitivamente o centro dos editoriais políticos de *El Mercurio*. A postura legalista e a trajetória política do próprio presidente eleito passam a ser exaltadas como uma segurança a mais para os chilenos. Sua ação seria “decisiva para que el Gobierno no deje de aplicar las leyes y no destoe la letra y el espíritu de la Constitución” (EM, 26/10/1970, p. 27)⁵⁰⁴.

solemnidad para la alegría. Este surge de él con la misma naturalidad con que respira el organismo sano” (ES, 31/10/70, p. 4)

⁵⁰³ Os defensores desta medida reconheciam que o povo levava Allende à presidência. “Esta instancia política, que comenzó ayer, cierra el proceso histórico de la conquista del Gobierno por las grandes masas organizadas y la derrota terminante del populismo sin cuadros y de los cuadros sin popularidad... El gobierno del Excmo. Señor Allende tomará el mando del país dentro de esquemas sociales análogos a los que se presentaron en 1920, 1938 y 1964, es decir, con la esperanza de grandes y rápidas realizaciones y con la certeza existente de que el pueblo se ha convertido en protagonista de la historia política. Pese a esta convicción, forman parte también del pueblo inmensos sectores que no militan en la Unidad Popular. Estos sectores podrán rehabilitarse en el futuro en la medida en que consigan mantener abierto los canales democráticos” (EM, 25/10/70, p. 3). Contudo, também fora o povo, como um todo, que exigira a imposição das garantias.

⁵⁰⁴ Em seus inesperados elogios a Allende, *El Mercurio* destacou sua destreza para convencer suas bases partidárias sobre a importância das garantias constitucionais e a posição antipartidária de suas primeiras atitudes. A primazia dada às Forças Armadas e o respeito à imprensa presentes nos pronunciamentos do presidente, assim como o perfil pluripartidário de seu primeiro gabinete de governo, anunciado poucos dias após a eleição, “es un buen antecedente para estimar que la

Mesmo antes da ratificação de Allende no Congresso Pleno já era possível notar esta aparente guinada editorial de *El Mercurio*, que abandonou uma postura de oposição frontal a Salvador Allende em favor do reforço de um perfil imparcial e legalista. No dia 22 de outubro o jornal lançou uma nova coluna política, intitulada *Tribuna*, cujo propósito declarado era convidar especialistas “sin excluir ninguna tendencia política o ideología” para discutir os problemas nacionais de forma livre. Publicada ao lado da coluna editorial, seu formato incluía dois comentaristas por edição, sendo significativo o fato de que as oito primeiras colunas abordavam a temática das garantias constitucionais. Ao menos neste primeiro momento, as forças contrárias a UP aparentemente se colocavam na defensiva. A vitória de Salvador Allende e da Unidade Popular não provocou mudanças apenas no jornal da família Edwards. *El Diario Ilustrado* circulou pela última vez no dia 23 de outubro. Sua saída de cena talvez possa ser associada à profunda falta de sintonia de sua linha editorial com a realidade vivida e com o sentido das linguagens políticas majoritárias de então. A mudança de governo, por razões óbvias, também traria mudanças à orientação editorial de *La Nación*. Neste sentido, merece nota seu efusivo editorial em saudação à fundação do jornal matutino *La Prensa*, o qual a *Sociedad Periodística de Sur*, sua proprietária, viria a substituir justamente ao “concluído” *El Diario Ilustrado*. (LN, 29/10/1970, p. 3). Não por acaso este órgão incorporaria diversos jornalistas de *La Nación*, constituindo-se em principal porta-voz da democracia cristã durante os anos de governo de Allende. Naquele momento, esta agremiação ainda profetizava o “nacimiento de un nuevo marco político, con un tipo de relación más maduro entre oposición e gobierno” (LN, 20/09/1970, p.1).

voluntad presidencial seguirá marcando... de acuerdo con la Constitución y las leyes” (EM, 31/10/1970, p. 3). O primeiro gabinete ministerial de Salvador Allende foi composto por quatro socialistas, nos ministérios do Interior, Relações Exteriores, Habitação e Urbanismo e na Secretaria de Governo; três comunistas, nas pastas de Fazenda, Obras Públicas e Transportes e na de Trabalho e Previdência Social; três radicais, na Defesa, Educação e Mineração; dois social-democratas, nas pastas de Saúde Pública e de Terras e Colonização; um representante da API, no Ministério de Justiça; um membro do MAPU na pasta de Agricultura; além de um independente para o Ministério de Fomento e Construção. (LN, 31/10/1970, p.1).